

PODER, POLÍTICA E ESTADO

Os atos políticos e as ações do Estado fazem parte de nossa vida, e é atuando politicamente que entendemos e assumimos nosso papel na sociedade. No entanto, quando ouvem falar em poder e política, as pessoas quase sempre pensam em troca de favores, conchavos e falcaturas, e, quando ouvem falar em Estado, muitas pensam em burocracia, impostos elevados e mau uso do dinheiro público.



Essas associações negativas resultam de uma ideia preconceituosa a respeito da política e do papel do Estado, e servem de argumento para justificar a omissão e a recusa à participação nos assuntos públicos.

Muita gente acredita que poder e dominação só podem ser exercidos pelo Estado, mas, como veremos aqui, há várias outras formas de dominação em todos os setores e relações sociais.

1. COMO SURTIU O ESTADO MODERNO

O Estado moderno surgiu da desintegração do mundo feudal e das relações políticas até então dominantes na Europa. Como já vimos, no período medieval, o poder estava nas mãos dos senhores feudais, que mantinham o controle sobre a maior parte das terras e sobre toda a sociedade.

Esse tipo de dominação foi pouco a pouco sendo minado pelas revoltas sociais dos camponeses, pela recusa ao pagamento de impostos feudais e pelo crescimento das cidades e do comércio, que apressaram a desagregação dos feudos. Paralelamente, a partir do século XIV, ocorreu um processo de centralização e concentração:

- das Forças Armadas e do monopólio da violência;
- da estrutura jurídica, isto é, dos juízes e dos tribunais em várias instâncias;
- da cobrança de impostos — um signo do poder e, ao mesmo tempo, o meio de assegurar a

manutenção das Forças Armadas, da burocracia e do corpo jurídico;

- de um corpo burocrático para administrar o patrimônio público, como as estradas, os portos, o sistema educacional, a saúde, o transporte, as comunicações e outros tantos setores.

A centralização e a concentração desses poderes e instituições caracterizam o Estado moderno, que assumiu diferentes formas até hoje.

O Estado absolutista

Surgido no contexto da expansão do mercantilismo, o Estado absolutista foi implantado primeiro em Portugal, no final do século XIV, com a Revolução de Avis. Adotado depois em vários lugares da Europa, teve seu ponto alto na França, no reinado de Luís XIV (1638-1715). A concentração de poderes no Estado absolutista é bem expressa pela frase atribuída a esse rei: “O Estado sou eu!”.



Assumindo o controle das atividades econômicas, o Estado intervinha nas concessões dos monopólios, fixava preços e tarifas, administrava a moeda e os metais preciosos. O acúmulo desses “bens” era a expressão máxima da riqueza de um país.

O Estado absolutista assumia também a responsabilidade de centralizar e praticar a justiça e de cuidar do contingente militar, criando exércitos profissionais. Para financiar essas atividades, foram criados os impostos gerais.

O absolutismo colocou frente a frente os interesses dos estamentos feudais dominantes (a nobreza e o clero) e os da burguesia, a classe em ascensão naquela época. Tais interesses eram referentes

à justiça, à administração do patrimônio público e à administração econômica.

O Estado liberal

O liberalismo emergiu no século XVIII como reação ao absolutismo, tendo como valores primordiais o individualismo, a liberdade e a propriedade privada.

Ganhou projeção como adversário da concentração do poder pelo Estado, principalmente no que dizia respeito às atividades econômicas, no contexto do chamado capitalismo concorrencial. Nessa fase do capitalismo, os resquícios feudais foram sendo extintos, enquanto o capital industrial se implantava e o trabalho assalariado tornava-se fundamental para o desenvolvimento da indústria.

O Estado liberal apresentava-se como representante de toda a sociedade, tendo o papel de “guardião da ordem”. Não lhe caberia intervir nas relações entre os indivíduos, mas manter a segurança para que todos pudessem desenvolver livremente suas atividades. Com o Estado liberal, estabeleceu-se a separação entre o público e o privado.

Politicamente, o Estado liberal se fundamenta na ideia de *soberania popular*. A expressão mais clara dessa ideia se encontra nas constituições liberais, como a do Brasil, na qual se lê, no artigo 1º que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Isso significa que, numa eleição, os votantes se pronunciam elegendo os representantes da vontade popular. O Parlamento é, assim, a instituição central do Estado liberal.

De acordo com o pensamento liberal, o Estado não deve intervir nas atividades econômicas. A famosa fórmula *laissez-faire, laissez-passer* (“deixai fazer, deixai passar”) expressa bem a concepção de que as atividades econômicas não devem ser reguladas pelo Estado, mas por si mesmas, ou seja, pelo mercado — a *mão invisível*, de acordo com Adam Smith (1723-1790).

A plena liberdade para a produção e a circulação de mercadorias garantiria, conforme o pensamento liberal, o progresso das empresas e das nações, contribuindo até para a paz mundial.

Essas concepções do pensamento liberal começaram a ruir no final do século XIX e caíram definitivamente por terra com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Isso aconteceu porque a intensa concorrência entre as empresas foi provocando o desaparecimento das pequenas firmas, que faliam ou eram compradas pelas maiores. A concentração ficou tão grande e o capital na mão de tão poucos que a concorrência passou a ser entre países, e não mais só entre empresas.

A “guerra” de mercado chegou às vias de fato, ou seja, transformou-se numa guerra de verdade entre

os países. As crises econômicas tornaram-se frequentes e a competição entre as nações ficou ainda maior. A eclosão da Primeira Guerra teve origem nessas disputas entre as nações europeias.

Os Estados nacionais no século XX

O Estado fascista e o Estado soviético

No começo do século XX, esgotado pelas próprias condições sociais e econômicas que o geraram, o Estado liberal não dava mais conta da realidade e dos interesses da burguesia. A partir da Primeira Guerra Mundial, surgiram duas novas formas de organização estatal: o Estado fascista e o Estado soviético.



O Estado fascista foi organizado nas décadas de 1920 e 1930, primeiro na Itália e depois na Alemanha (com o nazismo) e em vários países europeus, com pequenas diferenças.



O Estado soviético decorreu da primeira experiência socialista, iniciada em 1917, na Rússia. Por meio dela procurava-se fazer frente às condições precárias de vida das classes trabalhadoras. É bom lembrar que as ideias socialistas já estavam presentes em toda a Europa havia mais de meio século e se concretizavam naquele momento com a Revolução Russa.

O que distinguia basicamente os regimes fascista e soviético, no início, era o projeto político que cada um apresentava. No Estado fascista, a participação política significava plena adesão ao regime e a seu líder máximo, ou seja, ninguém podia fazer qualquer crítica ou oposição ao governo. Na Rússia pós-revolucionária, o desafio era criar mecanismos efetivos de participação dos camponeses, operários e soldados, desde que fossem organizados no interior do Partido Comunista, que era a estrutura política dominante.

Essas duas forças políticas se confrontaram durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). No final do conflito, os vitoriosos dividiram-se em dois blocos: o socialista, liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e o capitalista, sob o comando dos Estados Unidos. Os dois haviam se aliado para participar da guerra e da derrocada do fascismo-nazismo.

A URSS organizava-se como um Estado planejado e centralizado, cujos órgãos estavam ligados ao Partido Comunista. Não havia possibilidade de participar politicamente se não fosse nesse partido, pois somente ele era permitido.

Vários outros países da Europa adotaram essa forma de organização do poder: Polônia, Hungria, Iugoslávia, Tchecoslováquia e a chamada Alemanha Oriental. Fora da Europa, outros Estados socialistas foram criados mediante processos revolucionários, como a China continental (1949) e Cuba (1959), adotando o regime socialista proposto pelo modelo de Estado soviético.

Com o processo de globalização crescente e em decorrência de problemas internos, a partir de 1985 a URSS entrou em processo de dissolução. O modelo soviético de Estado começou a ruir nos países que o adotavam. A queda do Muro de Berlim, em 1989, assinalou de modo emblemático o fim do Estado soviético e o questionamento do poder concentrado num só partido. Essa forma de organização estatal continua vigente, com variações, em Cuba, no Vietnã, na Coreia do Norte e na China, com a manutenção de um partido único e a planificação central da economia.

O Estado do bem-estar social

O bloco dos países capitalistas, após a Segunda Guerra Mundial, tentou reconstruir a economia ocidental sob novas bases. Disseminou-se então a forma de organização estatal chamada de *Estado do bem-estar social* ou simplesmente *Estado social*.

Esse modelo permitia enfrentar, por um lado, os movimentos de trabalhadores que exigiam melhores condições de vida e, por outro, as necessidades do capital, que buscava alternativas para a construção de uma nova ordem econômica mundial diante do bloco socialista.

As bases teóricas do Estado do bem-estar social foram apresentadas na década de 1930 pelo economista inglês **John Maynard Keynes** (1883-1946), em seu livro *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (1936). Como forma de organização estatal, a teoria começou a ser esboçada quando o governo estadunidense estabeleceu políticas para sair da profunda depressão desencadeada pela crise de 1929.

No período posterior à Segunda Guerra Mundial, ela se consolidou nos Estados Unidos e em boa parte dos países da Europa.

O Estado do bem-estar social tinha como finalidade e característica básica a intervenção estatal nas atividades econômicas, regulando-as, subsidiando-as, executando grandes investimentos e obras, redistribuindo rendimentos, visando sempre, pelo menos teoricamente, ao bem-estar da maioria da população.

A ideia era romper com o centenário princípio do liberalismo, que rejeitava qualquer função intervencionista do Estado.

Com base nesse conceito, os capitalistas modernos propunham moradia digna, educação básica pública, assistência à saúde, transporte coletivo, lazer, trabalho e salário, seguro-desemprego, enfim, um mínimo de bem-estar econômico e social.

Isso foi feito com investimentos maciços por parte do Estado, que redimensionava suas prioridades para proporcionar trabalho e algum rendimento à maior parte da população, a fim de que ela se tomasse consumidora e, assim, possibilitasse a manutenção da produção sempre elevada.

Configurou-se o que alguns chamam de “cidadania do consumidor”, ou seja, a cidadania entendida como um mecanismo de mercado.

Enquanto isso, nos países periféricos, como os da América Latina, o que se viu foi uma variedade de formas governamentais, entre as quais as ditaduras que se implantaram por meio de golpes militares. Esses golpes eram deflagrados como se fossem constitucionais, isto é, como se estivessem de acordo com a Constituição Federal.

Uma vez no poder, os golpistas exerciam todo o controle sobre os indivíduos e os grupos organizados da sociedade.

O chamado Estado neoliberal

A partir da década de 1970, após a crise do petróleo, houve nova necessidade de mudança na organização estatal. O capitalismo enfrentava então vários desafios. As empresas multinacionais precisavam expandir-se, ao mesmo tempo em que havia um desemprego crescente nos Estados Unidos e nos países europeus; os movimentos grevistas se intensificavam em quase toda a Europa e aumentava o endividamento dos países em desenvolvimento.

Os analistas, tendo como referência os economistas **Friedrich von Hayek** (1899-1992) e **Milton Friedman** (1912-2006), atribuíam a crise aos gastos dos Estados com políticas sociais, o que gerava déficits orçamentários, mais impostos e, portanto, aumento da inflação.

Diziam que a política social estava comprometendo a liberdade do mercado e até mesmo a liberdade individual, valores básicos do capitalismo. Por causa disso, o bem-estar dos cidadãos deveria ficar por conta deles mesmos, já que se gastava muito com saúde e educação públicas, com previdência e apoio aos desempregados idosos. Ou seja, os serviços públicos deveriam ser privatizados e pagos por quem os utilizasse. Defendia-se assim o *Estado mínimo*, o que significava voltar ao que propunha o liberalismo antigo, com o mínimo de intervenção estatal na vida das pessoas.

Nasceu dessa maneira o que se convencionou chamar de Estado neoliberal. As expressões mais claras da atuação dessa forma estatal foram os governos de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos.



Mas mesmo no período desses governos o Estado não deixou de intervir em vários aspectos, mantendo orçamentos militares altíssimos e muitos gastos para amparar as grandes empresas e o sistema financeiro.

Os setores mais atingidos por essa “nova” forma de liberalismo foram aqueles que beneficiavam mais diretamente os trabalhadores e os setores marginalizados da sociedade, como assistência social, habitação, transportes, saúde pública, previdência e direitos trabalhistas.

Os neoliberais diziam que era necessário ter mais rapidez para tomar decisões no mundo dos negócios e que o capital privado precisava de mais espaço para crescer. Reforçavam assim os valores e o modo de vida capitalistas, o individualismo como elemento fundamental, a livre iniciativa, o livre mercado, a empresa privada e o poder de consumo como forma de realização pessoal.

Com essas propostas, o que se viu foi a presença cada vez maior das grandes corporações produtivas e financeiras na definição dos atos do Estado, fazendo com que as questões políticas passassem a ser dominadas pela economia. Além disso, o que era público (e, portanto, comum a todos) passou a ser determinado pelos interesses privados (ou seja, por aquilo que era particular).

2. O PODER E O ESTADO

Norbert Elias diz, em seu livro *A sociedade dos indivíduos*, que há uma tendência nas ciências sociais de não considerar o Estado como objeto da Sociologia.

Ele afirma que isso vem de uma antiga tradição intelectual que vê o Estado como algo extrassocial ou até oposto à sociedade.

Desde o século XVIII, o termo “sociedade” — ou “sociedade civil” — era usado como contraposição a “Estado”, pois havia interesse da classe em ascensão, a burguesia, em acentuar essa separação. Com isso, procurava-se destacar a ideia de que uma classe apenas, a nobreza, detinha o monopólio do poder do Estado.

Essa ideia de separação entre sociedade e Estado dominou por muito tempo e prejudicou a compreensão de que o Estado é uma organização encarregada de determinadas funções e de que sua constituição é um processo histórico como tantos outros. Agora, vamos verificar como os grandes autores da Sociologia abordaram essa questão.

As teorias sociológicas clássicas sobre o Estado

Marx, Durkheim e Weber, os três autores clássicos da Sociologia, tiveram, cada um a seu modo, uma vida política intensa e fizeram reflexões importantes sobre o Estado e a democracia de seu tempo. Vejamos ver o que pensavam sobre esses temas.

Karl Marx

Tendo escrito sobre as questões que envolvem o Estado num período em que o capitalismo ainda estava em formação, Marx não formulou uma teoria específica sobre o Estado e o poder. Num primeiro momento, ele se aproximou da concepção anarquista, definindo o Estado como uma entidade abstrata, em contradição com a sociedade. Seria uma comunidade ilusória, que procuraria conciliar os interesses de todos, mas principalmente daqueles que dominavam economicamente a sociedade.

No livro *A ideologia alemã*, escrito em 1847 em parceria com Friedrich Engels, Marx identificou a divisão do trabalho e a propriedade privada, geradoras das classes sociais, como a base do surgimento do Estado, que seria a expressão jurídico-política da

sociedade burguesa. A organização estatal apenas garantiria as condições gerais da produção capitalista, não interferindo nas relações econômicas.

Em 1848, no *Manifesto comunista*, Marx e Engels afirmaram que os dirigentes do Estado moderno funcionavam como um comitê executivo da classe dominante (burguesia).

Nos livros escritos entre 1848 e 1852, *As lutas de classe na França* e *O dezoito brumário de Luís Bonaparte*, analisando uma situação histórica específica, Marx declara que o Estado nasceu para refrear os antagonismos de classe, e, por isso, é o Estado da classe dominante. Mas existem momentos em que a luta de classes é equilibrada e o Estado se apresenta com independência entre as classes em conflito, como se fosse um mediador.

Analisando a burocracia estatal, Marx afirma que o Estado pode estar acima da luta de classes, separado da sociedade, como se fosse autônomo. É nesse sentido que pode haver um poder que não seja exercido diretamente pela burguesia. Mesmo dessa forma, o Estado continua criando as condições necessárias para o desenvolvimento das relações capitalistas, principalmente o trabalho assalariado e a propriedade privada.

No livro *A guerra civil na França*, escrito em 1871, Marx analisa a Comuna de Paris e volta a olhar a questão do Estado de uma perspectiva que se aproxima da anarquista. O desaparecimento do Estado seria resultante da transferência do poder para a federação de associações dos trabalhadores.

Para Karl Marx o Estado é, portanto, uma organização cujos interesses são os da classe dominante na sociedade capitalista: a burguesia.

Estado e burguesia

Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia foi acompanhada de um progresso político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada e autônoma na comuna, aqui república urbana independente, ali terceiro estado tributário da monarquia; depois, durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, base principal das grandes monarquias, a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.

Marx, Karl. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998. p. 41-2.

Émile Durkheim

Ao analisar a questão da política e do Estado, Durkheim teve como referência fundamental a sociedade francesa de seu tempo. Como sempre esteve preocupado com a *coesão social*, inseriu-a de forma clara na questão.

Para ele, o Estado é fundamental numa sociedade que fica cada dia maior e mais complexa, devendo estar acima das organizações comunitárias.

Durkheim dizia que o Estado “concentrava e expressava a vida social”. Sua função seria eminentemente moral, pois ele deveria realizar e organizar o ideário do indivíduo e assegurar-lhe pleno desenvolvimento. E isso se faria por meio da educação pública voltada para uma formação moral sem fins



conceituais ou religiosos.

De acordo com ele, o Estado não é antagônico ao indivíduo. Foi o Estado que emancipou o indivíduo do controle despótico e imediato dos grupos secundários, como a família, a Igreja e as corporações profissionais, dando-lhe um espaço mais amplo para o desenvolvimento de sua liberdade.

Para Durkheim, na relação entre o Estado e os indivíduos, é importante saber como os governantes se comunicam com os cidadãos, para que estes acompanhem as ações do governo. A intermediação deve ser feita por canais como os jornais e a educação cívica ou pelos órgãos secundários que estabelecem a ponte entre governantes e governados, principalmente os grupos profissionais organizados, que são a base da representação política e da organização social.

Quando se refere aos sistemas eleitorais, Durkheim critica os aspectos numéricos do que se entende por democracia. Tomando como exemplo as eleições de 1893 na França, declara que havia no país, naquele ano, 38 milhões de habitantes. Tirando as mulheres, as crianças, os adolescentes, todos os que eram impedidos de votar por alguma razão, apenas 10 milhões eram eleitores.

Desses 10 milhões, foram votar em torno de 7 milhões. Os deputados eleitos, ou seja, os vencedores das eleições, somaram 4 592 000 de votos e os que não venceram tiveram 5 930 000 de votos, número superior ao dos vencedores.

Conclui Durkheim: “[...] se nos ativermos às considerações numéricas, será preciso dizer que nunca houve democracia”.

Estado e interesses coletivos

Como é necessário haver uma palavra para designar o grupo especial de funcionários encarregados de representar essa autoridade [a "autoridade soberana" a cuja ação os indivíduos estão submetidos], conviremos em reservar para esse uso a palavra Estado. Sem dúvida é muito frequente chamar-se de Estado não o órgão governamental, mas a sociedade política em seu conjunto, o povo governado e seu governo juntos, e nós mesmos empregamos a palavra nesse sentido. [...] Eis o que define o Estado. É um grupo de funcionários *sui generis*, no seio do qual se elaboram representações e volições que envolvem a coletividade, embora não sejam obra da coletividade. Não é correto dizer que o Estado encarna a consciência coletiva, pois esta o transborda por todos os lados. É em grande parte difusa; a cada instante há uma infinidade de sentimentos sociais, de estados sociais de todo o tipo de que o Estado só percebe o eco enfraquecido. Ele só é a sede de uma consciência especial, restrita, porém mais elevada, mais clara, que tem de si mesma um sentimento mais vivo.

Durkheim, Émile. *Lições de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 67 e 70.

Para Durkheim, portanto, o Estado é uma organização com um conteúdo inerente, ou seja, os interesses coletivos.

Max Weber

Cinquenta anos depois da publicação do *Manifesto comunista*, por Marx e Engels, num momento em que o capitalismo estava mais desenvolvido e burocratizado, Weber escreveu sobre as questões do poder e da política. Questionava: como será possível o indivíduo manter sua independência diante dessa total burocratização da vida? Esse foi o tema central da Sociologia política weberiana.

Se Durkheim tinha como foco a sociedade francesa, Weber manifestava uma preocupação específica com a estrutura política alemã, mas levava em conta também o sistema político dos Estados Unidos e da Inglaterra. Além disso, estava atento ao que acontecia na Rússia, principalmente após a revolução de 1905.

Para ele, na Alemanha unificada por Otto von Bismarck, o Estado era fundamentado nos seguintes setores da sociedade: o Exército, os *junkers* (grandes proprietários de terras), os grandes industriais e a elite do serviço público (alta burocracia). Em 1917, escrevendo sobre Bismarck, dizia que este havia deixado uma nação sem educação e sem vontade política, acostumada a aceitar que o grande líder decidisse por ela.

Ao analisar o Estado alemão, Weber afirma que o verdadeiro poder estatal está nas mãos da burocracia militar e civil. Portanto, para ele, o “Estado é uma relação de homens dominando homens” mediante a violência, considerada legítima, e “uma associação compulsória que organiza a dominação”. Para que essa relação exista, é necessário que os dominados obedeçam à autoridade dos que detêm o poder. Mas o que legitima esse domínio?

Para Weber há três formas de dominação legítima: a tradicional, a carismática e a legal.

A dominação tradicional é legitimada pelos costumes, normas e valores tradicionais e pela “orientação habitual para o conformismo”. É exercida pelo patriarca ou pelos príncipes patrimoniais.

A dominação carismática está fundada na autoridade do carisma pessoal (o “dom da graça”), da confiança na revelação, do heroísmo ou de qualquer qualidade de liderança individual. É exercida pelos profetas das religiões, líderes militares, heróis revolucionários e líderes de um partido.

A dominação legal é legitimada pela legalidade que decorre de um estatuto, da competência funcional e de regras racionalmente criadas. Está presente no comportamento dos “servidores do Estado”.

Estado e política

“Todo o Estado se funda na força”, disse Trotski em Brest-Litovsk. Isso é realmente certo. Se não existissem instituições sociais que conhecessem o uso da violência, então o conceito de “Estado” seria eliminado, e surgiria uma situação que poderíamos designar como “anarquia”, no sentido específico da palavra. [...] Hoje, porém, temos de dizer que o Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o *monopólio do uso legítimo da força física* dentro de um determinado território. [...] O Estado é considerado como a única fonte do “direito” de usar a violência. Daí “política”, para nós, significar a participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado.

Weber, Max. A política como vocação. In: _____ *Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 98.

Para Max Weber, portanto, o Estado é uma organização sem conteúdo inerente; apenas mais uma das muitas organizações burocráticas da sociedade.

Democracia, representação e partidos políticos

As diversas formas que o Estado assumiu na sociedade capitalista estiveram ligadas à concepção de soberania popular, que é a base da democracia. Mas tal soberania só se torna efetiva com a representação pelo voto.

Para ampliar o número de pessoas com direito de votar e ser votadas foram necessárias muitas lutas. Isso significa que o liberalismo só se tornou democrático porque foi forçado a isso.

Na época do liberalismo clássico, somente o homem adulto economicamente independente tinha instrução e era considerado capaz de discernimento para tomar decisões políticas. Desse modo, a representação durante muito tempo foi bastante restrita.

Tomemos como exemplo a Inglaterra, a pátria do parlamentarismo e da democracia moderna. Logo após a chamada Revolução Gloriosa (1688), que limitou os poderes do rei e atribuiu ao Parlamento autoridade sobre o governo, somente 2% da população tinha direito de voto. Em 1832, quase 150 anos depois, após uma reforma eleitoral, esse índice subiu para 5%. As mulheres só conquistariam o direito de votar em 1928.

Podemos entender muito melhor a “igualdade política” defendida pelo pensamento liberal, que é a base ideológica do sistema capitalista, quando lemos o que disseram grandes pensadores liberais, como Benjamin Constant (1787-1874), Immanuel Kant (1724-1804) e Edmund Burke (1729-1797).

O pensador francês Benjamin Constant afirmava que as pessoas condenadas pela penúria ao trabalho diário e a uma situação de eterna dependência não estavam mais bem informadas acerca dos assuntos públicos que uma criança; por isso, não podiam desfrutar o direito eleitoral. Era necessário ter o tempo livre indispensável para adquirir os conhecimentos e os critérios justos. Só a propriedade proporcionava esse tempo livre e deixava os indivíduos em condições de exercer os direitos políticos.

Immanuel Kant, filósofo alemão, afirmava que para exercer os direitos políticos era necessário não ser criança ou mulher. Mas não bastava a condição de homem; era preciso ser senhor de uma propriedade que lhe desse sustento. O dependente, o criado e o operário não podiam ser membros do Estado e não estavam qualificados para ser cidadãos.

Edmund Burke, pensador inglês de visão conservadora, ao analisar os perigos da Revolução Francesa para a sociedade burguesa, afirmava que somente uma elite tinha o grau de racionalidade e de capacidade analítica necessário para compreender o que

convinha ao bem comum. Afirmava ainda que a propriedade garantia a liberdade, mas exigia a desigualdade.

Essas ideias ainda estão presentes nos dias de hoje, expressando-se, por exemplo, quando se afirma que o povo não sabe votar, que para ser deputado, senador ou mesmo presidente da República são necessários determinados atributos que, normalmente, só os membros das classes proprietárias possuem, como nível universitário, experiência administrativa, etc.

A ação e o discurso contra a presença de trabalhadores, ou daqueles que defendem seus direitos, no Parlamento ou em cargos executivos, é algo muito antigo, mas está presente na sociedade contemporânea em geral, e muito claramente no Brasil.

Muitas pessoas também pensam que só se pode fazer política institucional por meio dos partidos políticos. Mas os partidos nasceram por causa da pressão exercida por quem não tinha acesso ao Parlamento.

No início do Estado liberal, a ideia de partido era inaceitável, pois se considerava que o Parlamento devia ter unidade de formação e pensamento, não comportando divisões ou “partes” (o que a palavra *partido* expressa).



Votavam e eram votados, na prática, apenas os que possuíam propriedades e riqueza, ou seja, aqueles que podiam viver para a política, já que não precisavam se preocupar com seu sustento. Assim, o Parlamento reunia os proprietários. Estes discutiam as leis que regeriam a sociedade como um todo com base na visão deles.

Somente quando outros setores da sociedade começaram a lutar por participação na vida política institucional, principalmente os trabalhadores organizados, os partidos políticos começaram a aparecer e a defender interesses diferentes: de um lado, o daqueles que queriam mudar a situação e, de outro, o daqueles que queriam mantê-la.

Pelas razões expostas, o pensador francês Claude Lefort, em seu livro *A invenção democrática* (1983),

afirma que é uma aberração considerar a democracia uma criação da burguesia. Essa classe sempre procurou impedir que o liberalismo se tornasse democrático, limitando o sufrágio universal e a ampliação de direitos, como os de associação e de greve, e criando outras tantas artimanhas para excluir a maior parte da população da participação nas decisões políticas. Por isso, para ele, a democracia é a criação contínua de novos direitos. Não é apenas consenso, mas principalmente a existência de dissenso.

Alguns autores procuram analisar os aspectos institucionais da questão democrática. Para Joseph Schumpeter, Giovanni Sartori, Robert Dahl, Adam Przeworski, Guillermo O'Donnell, entre outros, há a necessidade de serem preenchidos alguns critérios para haver democracia num país:

- eleições competitivas, livres e limpas para o Legislativo e o Executivo;
- direito de voto, que deve ser extensivo à maioria da população adulta, ou seja, cidadania abrangente no processo de escolha dos candidatos;
- proteção e garantia das liberdades civis e dos direitos políticos mediante instituições sólidas, isto é, liberdade de imprensa, liberdade de expressão e organização, direito ao *habeas corpus* e outros que compreendem o componente liberal da democracia;
- controle efetivo das instituições legais e de segurança e repressão — Poder Judiciário, Forças Armadas e Forças Policiais. Isso possibilitaria avaliar o genuíno poder de governar das autoridades eleitas, sem que estas fossem ofuscadas por atores políticos não eleitos, como as instituições apontadas, que muitas vezes dominam nos bastidores.

Essas condições institucionais garantiriam a efetivação da democracia representativa.

O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos propõe outros elementos para analisar a questão da democracia e da representação. Ele afirma que a democracia no mundo contemporâneo nos oferece duas imagens muito contrastantes.

Por um lado, a democracia representativa é considerada internacionalmente o único regime político legítimo. Por outro, existem sinais de que os regimes democráticos, nos últimos vinte anos, traíram as expectativas da maioria da população, principalmente das classes populares.

As revelações mais frequentes de corrupção permitem concluir que alguns governantes legitimamente eleitos usam o mandato para enriquecer à custa do povo e dos contribuintes. Há também o desrespeito dos partidos por seus programas eleitorais logo após as eleições, o que faz os cidadãos sentirem-se pessimamente representados e acreditarem cada vez menos na democracia representativa.

Os desafios à democracia

[...] Os desafios que são postos à democracia no nosso tempo são os seguintes. Primeiro, se continuarem a aumentar as desigualdades sociais entre ricos e pobres ao ritmo das três últimas décadas, em breve, a igualdade jurídico-política entre os cidadãos deixará de ser um ideal republicano para se tornar uma hipocrisia social constitucionalizada. Segundo, a democracia atual não está preparada para reconhecer a diversidade cultural, para lutar eficazmente contra o racismo, o colonialismo, o sexismo e as discriminações em que eles se traduzem. [...] Terceiro, as imposições econômicas e militares dos países dominantes são cada vez mais drásticas e menos democráticas. Assim sucede, em particular, quando vitórias eleitorais legítimas são transformadas pelo chefe da diplomacia norte-americana em ameaças à democracia, sejam elas as vitórias do Hamas [na Palestina], de Hugo Chávez [na Venezuela] ou de Evo Morales [na Bolívia]. Finalmente, o quarto desafio diz respeito às condições da participação democrática dos cidadãos. São três as principais condições: ser garantida a sobrevivência: quem não tem com que alimentar-se e à sua família tem prioridades mais altas que votar; não estar ameaçado: quem vive ameaçado pela violência no espaço público, na empresa ou em casa, não é livre, qualquer que seja o regime político em que vive; estar informado: quem não dispõe da informação necessária a uma participação esclarecida, equivoca-se quer quando participa, quer quando não participa.

Pode dizer-se com segurança que a promoção da democracia não ocorreu de par com a promoção das condições de participação democrática.

Sousa Santos, Boaventura de. O futuro da democracia. *Visão*. Paço de Arcos: Edimpresa, 31 ago. 2006. Disponível em: <www.ces.uc.pt/opiniao/bss/164.php>. Acesso em: 7 mar. 2007.

A sociedade disciplinar e a sociedade de controle

Até aqui vimos análises sobre o poder e a política que privilegiam suas relações com o Estado. Mas existem pensadores que analisam a questão do poder e da política de modo diferente: não dão primazia às relações com o Estado, mas a elementos que estão presentes em todos os momentos de nossa vida. Entre eles, destacamos os franceses Michel Foucault (1926-1984) e Gilles Deleuze (1925-1995).

Foucault se propôs analisar a sociedade com base na disciplina no cotidiano. Para ele, todas as

instituições procuram disciplinar os indivíduos desde que nascem. Assim acontece na família, na escola, nos quartéis, nos hospitais, nas prisões, etc., pois o fundamental é distribuir, vigiar e adestrar os indivíduos em espaços determinados. Diz ele que, além dos aspectos institucionais ou até jurídicos dessas instituições, esse poder desenvolve-se por meio de gestos, atitudes e saberes. É o que chama de “arte de governar”, entendida como a racionalidade política que determina a forma de gestão das condutas dos indivíduos de uma sociedade. Nesse sentido, em seu livro *Microfísica do poder*, ele afirma: “nada é político, tudo é politizável, tudo pode tornar-se político”.

Seguindo as pistas de Foucault, Deleuze declara que vivemos ainda numa sociedade disciplinar, mas já estamos percebendo a emergência de uma sociedade de controle.

A sociedade disciplinar é a que conhecemos desde o século XVIII. Ela procura organizar grandes meios de confinamento: a família, a escola, a fábrica, o exército e, em alguns casos, o hospital e a prisão. O indivíduo passa de um espaço fechado para outro e não para de recomeçar, pois em cada instituição deve aprender alguma coisa, principalmente a disciplina específica do lugar.



Na sociedade disciplinar, a fábrica, por exemplo, é um espaço fixo e confinado onde se produzem bens. A fábrica concebe os indivíduos como um só corpo, com a dupla vantagem de facilitar a vigilância por parte dos patrões, que controlam cada elemento na massa, e de facilitar a tarefa dos sindicatos, que mobilizam uma massa de resistência.

O que nos identifica, na escola, no exército, no hospital, na prisão ou nos bancos, é a assinatura e o



número na carteira de identidade e na carteira profissional, além de diversos outros documentos.

A sociedade de controle está aparecendo lentamente, e alguns de seus indícios já são perceptíveis. Ela é como uma “prisão ao ar livre”, na expressão do filósofo e sociólogo alemão Theodor Adorno. Os métodos de controle utilizados são de curto prazo e de rotação rápida, mas contínuos e ilimitados. São permanentes e de comunicação instantânea. Como não têm um espaço definido, podem ser exercidos em qualquer lugar. Exemplos de modos de controlar as pessoas constantemente são as avaliações permanentes e a formação continuada.

Outra forma de controle contínuo são os “conselhos” a respeito da saúde que estão presentes em todas as publicações, na televisão e na internet: “Não coma isso porque pode engordar ou aumentar o nível de colesterol ruim. Faça exercícios pela manhã ou pela tarde, desta ou daquela maneira, para ter uma vida mais saudável. Tome tal remédio para isso, mas não tome para aquilo”. Os controles nos alcançam em todos os momentos e lugares. Não há possibilidade de fuga.

Se na sociedade disciplinar o elemento central de produção é a fábrica, na de controle é a empresa, algo mais fluido. Se a fábrica já conhecia o sistema de prêmios, a empresa o aperfeiçoou como uma modulação para cada salário, instaurando um estado de eterna instabilidade e desafios. Se a linha de produção é o coração da fábrica, o serviço de vendas é a alma da empresa. O *marketing* é agora o instrumento de controle social por excelência — possui natureza de curto prazo e rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina é de longa duração, infinita e descontínua.

O lugar do *marketing* em nossa sociedade é evidente, uma vez que somos todos vistos como consumidores. O convencimento é ao mesmo tempo externo (pela recepção da mensagem) e interno (pela própria natureza do convencimento).

Ao ser interiorizada, a coerção afinal aparece como um imperativo. Se tudo pode ser comprado e vendido, por que não as consciências, os votos e outras coisas mais? A corrupção em todos os níveis ganhou nova potência.

O que nos identifica cada vez mais é a senha. Cada um de nós é apenas um número, parte de um banco de dados de amostragem. A quantidade de senhas de que necessitamos para nos relacionar virtualmente com as pessoas ou com instituições é enorme e, sem elas, ficamos isolados.

Se na sociedade disciplinar há sempre um indivíduo vigiando os outros em várias direções num lugar confinado, na sociedade de controle todos olham para o mesmo lugar. A televisão é um bom exemplo disso, pois milhares de pessoas estão sempre diante do aparelho. Na final do campeonato mundial de futebol em 2006, cerca de um bilhão e meio de pessoas estavam conectadas ao jogo.

3. TEMAS CONTEMPORÂNEOS DA CIÊNCIA POLÍTICA

Nas últimas décadas, a Ciência Política incorporou novos temas e novas técnicas de pesquisa, em parte inspirados pelos grandes acontecimentos políticos de nossa época: o fim da União Soviética, a redemocratização da América Latina, as revoluções do mundo árabe, a constituição e a crise da União Europeia, o desenvolvimento da China.

Também cresceu a utilização de métodos de pesquisa estatísticos e intensificou-se o diálogo com outras disciplinas, como a História e a Economia.

Agora você vai conhecer pesquisas que representam as várias direções em que a Ciência Política vem se desenvolvendo.

Começaremos por discutir uma nova visão do conceito de poder. Os dois itens seguintes abordam uma questão clássica — o que influencia as decisões dos eleitores — sob a ótica de duas tendências recentes.

Em seguida, vamos examinar alguns trabalhos de filosofia política que têm influenciado os debates contemporâneos. Finalmente veremos como a aproximação entre Ciência Política e Economia tem contribuído para a compreensão das diferenças de desenvolvimento entre os países.

Classe social e voto

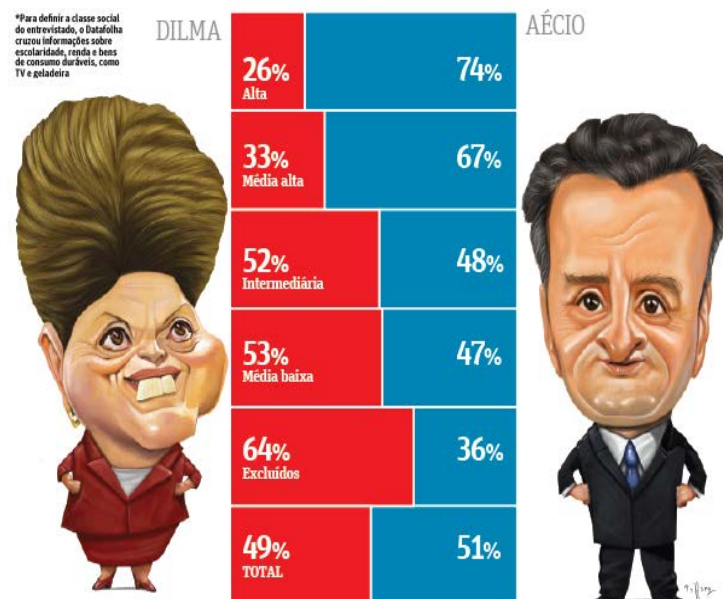
Boa parte das pesquisas em Ciência Política têm como tema os motivos que levam as pessoas a votar como votam, isto é, os fatores que influenciam as escolhas dos eleitores. Todos concordam que esses motivos podem ser bastante variados. Por exemplo, é claro que os eleitores têm maior probabilidade de votar no candidato apoiado pelo governo quando a economia do país vai bem ou os eleitores têm uma boa avaliação do governo.

Os trabalhos de pesquisadores como os sociólogos britânicos Anthony Heath (1942-) e Geoffrey Evans (1957-) e o canadense Robert Andersen (1967-) mostram, por meio de análises estatísticas, que a probabilidade de o eleitor votar em um ou outro candidato depende, entre outras coisas, de sua classe social. Por exemplo, nos países desenvolvidos os assalariados e os mais pobres tendem a votar em candidatos de esquerda, enquanto os profissionais de renda mais alta e os empresários tendem a votar em candidatos de direita.

Isso não significa que todas as pessoas de determinada classe social votam no mesmo candidato. As pessoas votam por diferentes motivos. Alguns eleitores podem até achar que um candidato favoreceria os interesses de sua classe social, mas podem questionar a honestidade do candidato, sua capacidade de governar, ou sua posição diante de temas como

descriminalização das drogas, valores morais e sociais ou a defesa do meio ambiente.

INTENÇÃO DE VOTO POR CLASSE SOCIAL* Em % dos votos válidos



Mas essa tendência do voto de classe é forte ou fraca? Depende. Em algumas épocas em alguns países, foi mais forte; em outras épocas, outros países, foi mais fraca.

Estudos recentes sobre os países desenvolvidos identificam uma perda de importância do voto de classe, que nas últimas eleições teve menos influência do que no passado. Essa é a conclusão de um grande estudo estatístico feito pelos sociólogos Giedo Jansen (1983-), Geoffrey Evans e Nan Dirk De Graaf (1958-) em quinze países desenvolvidos, abrangendo o período entre 1960 e 2005. O estudo foi publicado em 2013.

Mas por que o voto de classe teria se tornado menos importante? Jansen, Evans e De Graaf identificam dois fatores interligados:

a) **As classes sociais mudaram.** A classe operária “tradicional” (que trabalhava em fábricas, em tarefas repetitivas, etc.) passou a ser um setor menor da sociedade.

Ao mesmo tempo, cresceu o número de trabalhadores nos setores de serviços (comércio, educação, turismo, etc.). Assim, é cada vez menos possível que um partido (por exemplo, os partidos de esquerda) conquiste a maioria dos votos apenas ganhando os votos dos operários. Assim, os partidos de esquerda abandonaram algumas propostas que interessavam muito à classe operária, mas não a outros setores, como forma de conquistar o voto desses setores e obter vitórias eleitorais.

b) **Os partidos também mudaram.** A grande novidade da pesquisa de Jansen, Evans e De Graaf foi analisar os programas políticos dos diferentes partidos, em diferentes países, e mostrar que o voto de classe é mais forte quando a diferença ideológica entre os partidos é maior. Se o partido de esquerda é muito de esquerda, e o de direita é muito de direita, os

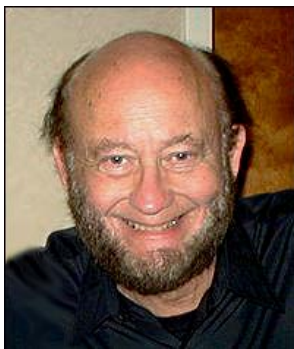
assalariados têm maior tendência a votar na esquerda; por outro lado, se os partidos propõem mais ou menos a mesma coisa em termos de políticas sociais, os eleitores têm menor tendência a decidir seu voto pensando no interesse de classe. Se os partidos propõem a mesma coisa no que se refere a impostos e programas sociais, por exemplo, não faz muita diferença, do ponto de vista de classe, quem saia vencedor. Nesses casos, os eleitores podem usar outros critérios para decidir seu voto.

Por um lado, os partidos de esquerda deixaram de defender certas propostas que interessavam especialmente à classe operária, com o objetivo de obter votos de pessoas de outras classes sociais. Isso reduziu a diferença entre as ideias dos partidos. Por outro lado, por esse mesmo motivo, a lealdade dos assalariados aos partidos de esquerda diminuiu, pelo menos nos países estudados por Jansen, Evans e De Graaf.

Será que a tendência de perda de importância da classe social nas escolhas dos eleitores é irreversível? Não sabemos. Talvez outras mudanças na sociedade produzam novas formas de atuação política com base nas classes sociais. Talvez surjam outros partidos, que representem melhor as novas divisões de classe, ou que organizem novas alianças entre as classes. Talvez mudanças econômicas façam o voto de classe se tornar mais importante novamente. Ainda não sabemos o que vai acontecer.

Muitas vezes os partidos de esquerda e de direita procuram moderar suas ideias para conquistar eleitores de centro. Mas se moderarem muito seu discurso, os partidos de esquerda se arriscam a perder o voto dos eleitores que antes os apoiavam com entusiasmo. Assim, os partidos políticos contemporâneos procuram equilibrar sua atuação de maneira a evitar esses dois riscos: o de se tornarem radicais demais e o de se tornarem indiferenciados entre si.

Os valores pós-materialistas



Em meados da década de 1970, o cientista político norte-americano Ronald Inglehart (1934-) fez uma descoberta interessante. Ele percebeu que nos países desenvolvidos, quando se perguntava para as pessoas o que elas achavam mais importante na vida, havia uma diferença enorme entre o que diziam os mais velhos e os mais novos. Os mais velhos se preocupavam sobretudo com seu bem-estar material: valorizavam a estabilidade econômica, a segurança financeira, o emprego. Os mais jovens, por outro lado, valorizavam mais o que Inglehart chamou de “valores

pós-materialistas”, isto é, valores que não estavam ligados diretamente ao interesse material.

Quais eram esses valores? Eram, sobretudo, valores ligados à liberdade e à autonomia individual (igualdade entre homens e mulheres, direitos dos homossexuais, antirracismo, entre outros) e a causas como a defesa do meio ambiente e os direitos dos animais. Em outras palavras, enquanto os mais velhos se preocupavam sobretudo com a necessidade de sobrevivência, os mais jovens se preocupavam sobretudo com a qualidade de vida: com o direito de ter controle sobre as próprias decisões, de viver em um ambiente limpo e sem poluição, de desfrutar o lazer.

Segundo Inglehart, conforme os países vão se desenvolvendo, mais seus cidadãos começam a priorizar valores pós-materialistas. Enquanto o país é pobre, a prioridade de cada um é a sobrevivência, a segurança. Em países pobres há o risco real de cair na miséria, de passar fome, de depender de um governo ineficiente e sem dinheiro durante uma dificuldade. Nessas situações, pelas quais todos os países já passaram, prevalecem os valores ligados ao bem-estar econômico. Entretanto, à medida que os países se desenvolvem e o Estado passa a garantir um nível mínimo de bem-estar social, o risco de passar fome ou viver em miséria extrema diminui drasticamente. Hoje em dia, nos países desenvolvidos, até os mais pobres têm alguns direitos básicos garantidos: mesmo se não tiverem nenhum dinheiro podem contar com escolas e hospitais públicos de qualidade razoável ou, em alguns países, muito boa. Quando perdem o emprego, recebem seguro-desemprego e não se tornam miseráveis.

Nessa situação, não é tão urgente pensar na sobrevivência, e o indivíduo pode começar a pensar em como ele quer viver. Para Inglehart, em meados dos anos 1970, essa mudança já havia ocorrido nos países desenvolvidos. Os mais velhos haviam crescido durante períodos de grande pobreza (como a década de 1930, em que sofreram os efeitos terríveis da grande crise de 1929) e sacrifício (como a Segunda Guerra Mundial, em que mesmo quem não arriscou a vida na guerra sofreu com racionamentos e outras dificuldades). Para essas pessoas, a prioridade era garantir a sobrevivência, pois havia um grande risco de perder a vida na guerra ou perder o emprego e cair na miséria.

Mesmo quando a situação melhorou, essa maneira de ver o mundo já estava formada. Os mais jovens, por outro lado, haviam sido criados em um ambiente bem mais favorável: os anos 1950 e 1960, épocas de grande prosperidade econômica e conquista de inúmeros direitos sociais. Assim, a insegurança econômica diminuiu muito. As pessoas criadas nesse período nunca experimentaram o risco real de miséria ou morte violenta na guerra, e, por isso, puderam se preocupar com outras questões: agora que estamos mais seguros, como queremos viver?

Hoje sabemos que Inglehart tinha razão quanto à geração formada nos anos 1950 e 1960. Mesmo depois da situação econômica piorar na década de 1970 e de ocorrerem diversas crises econômicas, essa geração continuou dando muita importância a questões como o feminismo, o direito dos homossexuais ou a luta pelo meio ambiente.

Entretanto, as gerações que vieram depois revelam um padrão diferente. Elas também dão grande importância aos valores pós-materiais, mas essa preferência diminuiu um pouco. Aparentemente, por terem sido criadas a partir dos anos 1970, em que a situação da economia piorou, elas voltaram a se preocupar com a sobrevivência econômica. Porém, como apesar das crises a população dos países ricos ainda dispõe de muitos direitos e de um alto nível de vida, não houve um retorno ao nível de “materialismo” da geração criada nos anos 1930.

As ideias de Inglehart tiveram muita influência sobre as pesquisas de Ciência Política, e talvez ainda venham a se tornar mais relevantes para nós, brasileiros.

Nos países pobres, Inglehart admite que a sobrevivência ainda é a prioridade absoluta. Mas à medida que estes países se desenvolvem, como vem acontecendo no Brasil e na China, é possível que as gerações atuais e futuras tenham mais preocupações pós-materialistas.

No Brasil, a crescente importância de questões como os direitos dos homossexuais confirma a pertinência da tese de Inglehart. Mas ainda é cedo para avaliar a abrangência dos valores pós-materialistas, porque uma grande parcela da população do país não alcançou a segurança da estabilidade material.

Xenofobia e extremismo no mundo moderno

Quando falamos da transição para os valores pós-materiais, é importante evitar o erro de achar que se trata de algo inteiramente positivo.

Em primeiro lugar, porque as necessidades da sobrevivência sempre existirão, e o desejo de ter uma existência material digna é inteiramente respeitável. Em segundo lugar, porque assim como existem valores relativos à liberdade individual, existem valores excludentes, que defendem a exclusão da cidadania de grupos ou indivíduos. Um exemplo seria o fanatismo religioso, que alcançou grande visibilidade no ataque ao World Trade Center, em Nova York (bem como ao Pentágono), em 11 de setembro de 2001, atribuído a extremistas islâmicos da Al-Qaeda.

O programa político da Al-Qaeda defende a expropriação de inúmeros direitos das mulheres, limitações severas à liberdade religiosa, política e cultural, e a adoção de uma versão radical e distorcida do islamismo.

Fazendo menos recurso à violência (pois estão sujeitos aos controles de sociedades democráticas), nas

últimas décadas surgiram no mundo desenvolvido líderes e partidos que defendem uma visão nacionalista antiglobalização e xenófoba (isto é, caracterizada pelo repúdio aos estrangeiros).

Na França, a Frente Nacional, partido fundado por Jean-Marie Le Pen, defende o fechamento do país aos imigrantes, proposta semelhante à do Partido da Liberdade na Áustria. Alguns partidos xenófobos utilizam simbologia de nítida inspiração fascista, como é o caso do Aurora Dourada na Grécia e da Guarda Húngara na Hungria.

É provável que esses partidos extremistas sejam reações diante de problemas reais da globalização: se o mundo continuar se integrando mais e mais, teremos que aprender a conviver com pessoas de culturas diferentes e a desenvolver meios de negociar nossas diferenças com vistas à conquista de uma convivência pacífica e criativa.

A xenofobia é uma recusa a enfrentar esse problema, que, entretanto, não vai desaparecer só porque alguns se recusam a reconhecê-lo.

Instituições políticas e desenvolvimento econômico

Um aspecto importante da Ciência Política nos últimos anos é o diálogo intenso com a Economia, em especial no que se refere ao problema do desenvolvimento econômico.

Esse diálogo foi facilitado pelo grande número de economistas interessados em discutir o papel das instituições.

Instituições são conjuntos de regras, procedimentos e normas éticas que organizam algum aspecto da vida social. O Estado, por exemplo, é uma instituição, as empresas são instituições, as igrejas são instituições.

A partir de trabalhos como os do norte-americano Douglas North (Prêmio Nobel de Economia de 1993), o efeito de diferentes instituições sobre a economia ganhou maior importância entre os estudiosos. O estudo de questões na fronteira entre política e economia, aliás, levou ao primeiro Prêmio Nobel ganho por uma cientista política, a norte-americana Elinor Ostrom (*Perfil a seguir*).

Entre os trabalhos que discutem a importância das instituições para o desenvolvimento econômico, destacam-se as pesquisas conjuntas dos economistas Daron Acemoglu (1967-) e James Robinson (1960-). Estes economistas se dedicaram a uma das principais questões das Ciências Sociais: por que as diferenças de riqueza entre os países são tão grandes?

Segundo Acemoglu e Robinson, os países que mais se desenvolveram conseguiram, primeiro, um alto grau de centralização política: isto é, construíram Estados que mantêm um mínimo de ordem, necessário para que seja possível, por exemplo, montar uma

fábrica sem temer que ela seja destruída durante uma guerra civil. Isso ainda não foi alcançado em diversas partes do mundo, como no Afeganistão e na Somália, que, não por acaso, estão entre os países mais pobres do mundo.



Em segundo lugar, e ainda mais importante, os países que prosperaram tinham instituições econômicas (mercados, direitos de propriedade, etc.) e políticas (Estados) mais inclusivos.

O que torna um Estado ou um mercado mais inclusivo?

A capacidade de incluir mais pessoas em seu funcionamento. Assim, quando em determinado país mais pessoas têm seus direitos de propriedade garantidos, mais indivíduos têm condições de competir no mercado, mais gente tem possibilidade de fundar empresas, etc., podemos dizer que as instituições econômicas se tornaram mais inclusivas.

Da mesma forma, num país em que o Estado passa a reconhecer o direito de mais pessoas votarem, serem eleitas, participar da vida política e discutir como o país deve ser governado, dizemos que as instituições políticas se tornaram mais inclusivas.

De que modo as **instituições inclusivas** favorecem o desenvolvimento?

Em primeiro lugar, porque o progresso econômico e a inovação tecnológica dependem de muitas pessoas com chance de arriscar seu capital em novas técnicas de produção e novos produtos, e da competição entre elas (logo, quanto mais participantes competindo em pé de igualdade, melhor).

Difícilmente a competição será livre se o Estado for controlado por um pequeno grupo ou por um ditador, que em geral preferem utilizar o Estado para extrair os recursos para si, sem competição. Desta forma, a democracia, em que mais pessoas têm a possibilidade de participar das decisões políticas, também favorece, no longo prazo, o desenvolvimento econômico.

O oposto das instituições inclusivas são as **instituições extrativas**, que visam apenas extrair riqueza da população para beneficiar a elite que, em geral, também controla o Estado. Um exemplo clássico do efeito das instituições extrativas sobre o desenvolvimento são os índices de pobreza da grande maioria dos países que foram colônias (como o Brasil).

Nas colônias, as instituições não eram pensadas para garantir o bem-estar da população (que, em grande parte, era escrava ou pobre), mas sim para assegurar a extração de riqueza destinada à metrópole. Mesmo depois da independência, muitos desses países (inclusive o Brasil) continuaram tendo por um longo período o mesmo tipo de instituição, apenas com a substituição do controle: saiu a metrópole, entraram novas elites locais.

As instituições extrativas não favorecem o desenvolvimento econômico de longo prazo, mas podem favorecer grande crescimento de curto prazo. Por exemplo, na ex-União Soviética apenas o Estado podia ser proprietário de indústrias (e, aliás, de quase todos os bens econômicos), e o controle do Estado era exercido com violência por uma pequena elite do Partido Comunista. Essa elite foi muito eficaz em movimentar à força, e com enorme sofrimento humano, recursos da agricultura para a indústria, e, indiscutivelmente, produziu a modernização da União Soviética, que cresceu muito durante algumas décadas do século XX. Entretanto, quando o país já estava industrializado, o desenvolvimento econômico passou a depender de outros fatores: por exemplo, da capacidade de introduzir novas tecnologias na produção, como aconteceu com grande intensidade no mundo capitalista da época.

A criação de novas tecnologias é mais fácil quando os criadores podem apostar seu dinheiro (ou o dinheiro de quem aposte neles) em suas ideias. Muitas dessas ideias dão errado, mas as que dão certo têm chance de prosperar. É um processo de tentativa e erro, em que os inovadores arriscam seu capital esperando obter grandes lucros com suas inovações.

Naturalmente, isso não é fácil de fazer quando o único proprietário é o governo, e a elite teme que os inovadores se tornem ricos (e, portanto, poderosos), ameaçando seu poder. Assim, a União Soviética, que teve crescimento muito alto durante muitos anos, se tornou incapaz de competir com os países capitalistas, não conseguiu reformar sua economia, estagnou e entrou em declínio, deixando de existir em 1991.

É muito difícil deixar de ter instituições extrativas e passar a ter instituições inclusivas. Para isso, é preciso conciliar **democracia forte e economia de mercado forte**, o que não é fácil. Muitas vezes as medidas necessárias para tornar o mercado mais aberto podem ser impopulares; outras vezes, as desigualdades econômicas criam elites econômicas tão poderosas que passam a controlar o governo, enfraquecendo a democracia, e no longo prazo, também a economia (porque essas elites sempre vão usar o governo para fechar as oportunidades da concorrência).

Trata-se de um equilíbrio difícil, o que ajuda a explicar por que a maioria dos países ainda não o atingiu.

QUESTÕES

01. O neoliberalismo é um fenômeno do capitalismo que atua tanto nas relações econômicas internas dos países quanto no comércio internacional, desde o final do século XX a primeira década do século XXI.

Em nosso país, o neoliberalismo pode ser visto:

- no grande desenvolvimento agrícola.
- na diminuição das distâncias entre ricos e pobres.
- no crescimento infraestrutural, que abre espaço para as exportações.
- no fortalecimento das organizações sindicais.
- no aumento vertiginoso da concentração de riqueza.

02. O monopartidarismo é uma característica do Fascismo, regime político surgido da crise do capitalismo liberal após a Primeira Grande Guerra Mundial. Adotado por países europeus em crise, o regime logo se espalhou pelo mundo, chegando até a influenciar o Brasil na Ditadura do Estado Novo entre as décadas de trinta e quarenta.

Entre as alternativas abaixo, assinale a que se identifica com o Fascismo:

- Liberalismo econômico.
- Democracia representativa.
- Liberdade de iniciativa, ou seja, o Estado não interfere na economia.
- Corporativismo.
- Abertura de mercado contra a planificação econômica dos países socialistas.

03. De acordo com Norberto Bobbio, “ao lado do problema do fundamento do poder, a doutrina clássica do Estado sempre se ocupou também do problema dos limites do poder, problema que geralmente é apresentado como problema das relações entre direito e poder (ou direito e Estado)”.

BOBBIO, N. Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 93-94.

Os limites do poder no Estado democrático de direito moderno são estabelecidos:

- Pela autonomia constitucional entre os poderes judiciário, legislativo e executivo.
- Por normas legais, definidas por processos legítimos, que regulam e estabelecem direitos e deveres tanto para governantes quanto para os indivíduos na sociedade.
- Por normas legais que subordinam os poderes judiciário e legislativo ao poder executivo e asseguram a prevalência dos interesses do partido majoritário.
- Por normas legais que assegurem que todos os cidadãos tenham garantias individuais mínimas, como o direito à defesa, direito a ir e vir e direito a manifestar suas opiniões.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- I e III
- II e IV
- I, II e III
- I, II e IV
- I, III e IV

04. Art. 76. Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do País, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

BRASIL. Decreto Lei nº 5.452 de 01 de Maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452compilado.htm> Acesso em 15 mar. 2013.

O salário mínimo é o mínimo valor mensal que deveria ser pago a um trabalhador. Do ponto de vista histórico-social, a criação do salário mínimo está relacionada à instituição de qual desses modelos de Estado?

- Estado liberal.
- Estado autoritário.
- Estado de exceção.
- Estado de bem-estar social.
- Estado de desenvolvimento humano.

05. (UEL 2010) Apenas 3,5% dos jovens têm acesso ao ensino superior. Diante da demanda social para ampliar os índices de acesso ao ensino superior o Estado poderia?

I. expandir as vagas no setor público melhorando a infra-estrutura, o número de bolsas para estudantes sem recursos suficientes e/ou que tenham mérito acadêmico.

II. expandir as vagas no setor privado dando auxílio público para pessoas comprovadamente pobres, fortalecendo o mercado da educação.

III. garantir as vagas em instituições estatais para a permanência de todos os estudantes, coibindo e, às vezes proibindo, o desenvolvimento de mercados livres na área da educação.

Assinale a alternativa que contém os tipos de Estado que propõem as soluções I, II e III, respectivamente:

- Estado socialista; Estado absolutista, Estado liberal.
- Estado absolutista; Estado do bem-estar social; Estado liberal.
- Estado liberal; Estado socialista; Estado do bem-estar social.
- Estado socialista; Estado do bem-estar social; Estado liberal.
- Estado do bem-estar social; Estado liberal; Estado socialista.

06. A direita mais empedernida dos EUA acusa Obama de colocar o país no rumo do socialismo – algo que não vai ocorrer nem com trilhões de dinheiro público na economia com bancos estatizados.

(PETRY, Andre. N. York. Capitalismo x Socialismo. Uma questão ainda em discussão no cenário norte americano atual.)

A análise dessa questão faz inferir:

- A) O socialismo estatiza parte da economia, em especial o sistema financeiro.
- B) Segundo os princípios basilares do capitalismo, o Estado não deve interferir nas leis de mercado.
- C) O socialismo indeniza os empresários e nacionaliza os seus bens.
- D) Para o capitalismo, a estatização representa solução à eliminação de desigualdades sociais.
- E) A estatização bancária apresenta-se como a única alternativa para a solução da atual crise financeira internacional.

07. A democracia na Grécia antiga esteve intimamente ligada

- A) ao período homérico (séculos XII a VIII a.C.), ao trabalho servil, às lutas entre grandes e pequenos proprietários de terras e ao voto censitário.
- B) ao período arcaico (séculos VIII a VI a.C.), ao trabalho livre, à pacificação do conflito entre as classes e ao sufrágio universal.
- C) ao período clássico (séculos V e IV a.C.), ao trabalho escravo, às lutas entre os cidadãos ricos e pobres e ao voto direto.
- D) ao período helenístico (séculos III e II a.C.), ao trabalho livre, à pacificação dos conflitos entre os cidadãos e ao voto por sorteio.
- E) a todos os períodos (séculos XII a III a.C.), ao trabalho escravo, à desigualdade entre os cidadãos e à eleição de representantes.

08. Segundo Octavio Ianni, na América Latina “(...) a debilidade da sociedade civil manifesta-se significativamente nos partidos políticos. Devido à precariedade da cultura política do povo, sua escassa vivência do jogo político formal, tendo em conta a prevalência do público sobre o privado, os partidos pouco representam, enquanto instituições políticas intermediárias, por meio das quais articulam-se os cidadãos e o Estado. Os partidos, ao longo da história latino-americana, seriam personalistas, caudilhescos, clientelísticos. Tanto os antigos como os recentes, à direita, no centro e à esquerda. Seriam pouco estruturados, sujeitos à influência de personalidades fortes, coloridas, demagógicas, carismáticas. Nos processos eleitorais e nos governos, nos poderes executivo e legislativo, em geral predominam chefes,

caudilhos, caciques, coronéis, gamonales ou oligarcas; em lugar de programas, plataformas. O clientelismo, favoritismo, paternalismo, cartorialismo subsistem além do interesse público. Os partidos podem chamar-se liberais, conservadores, blancos, colorados, autênticos, ortodoxos, radicais, trabalhistas, justicialistas, nacionalistas e outras denominações, mas tendem a ser oligárquicos, personalistas, caudilhescos (...) Aos poucos, impõe-se a idéia do Estado forte como indispensável à organização e ao desenvolvimento da sociedade. Diante das limitações desta, do povo, cidadão, grupos, classes, movimentos sociais, partidos políticos, impõe-se a urgência da vigência do Estado abrangente, forte, desenvolvimentista, industrializador, modernizante, dirigente. Como a análise da sociedade civil é insatisfatória, reifica-se o Estado.”

IANNI, O. O labirinto latino-americano. Petrópolis: Vozes, 1993, p.20.

Com base no texto é correto afirmar que:

- a) Na América Latina a democracia está consolidada, o que se pode observar pela grande diversidade de partidos e correntes políticas.
- b) Um Estado forte, desenvolvimentista, modernizante e dirigente é a solução para a América Latina superar os problemas causados pelos chefes, caudilhos, caciques, coronéis e oligarcas que não respeitam os programas liberais, trabalhistas e nacionalistas.
- c) Nos processos eleitorais da América Latina, predominam programas e plataformas conservadoras, ortodoxas que favorecem as oligarquias e a sociedade civil.
- d) Os partidos políticos na América Latina tendem a ser mais personalistas do que programáticos, colocam interesses privados ou corporativos além do interesse público e a idéia de um Estado dirigente prevalece sobre cidadãos, grupos, classes e movimentos sociais.
- e) Na América Latina, o clientelismo, favoritismo, paternalismo, cartorialismo só subsistem por falta de interesse público nos processos eleitorais, seja para o executivo, seja para o legislativo.

09. “Por mais que o tema da ética esteja banalizado e beire a ingenuidade, o problema parece estar na vinculação da política à ética; afinal, se não fosse assim, por que uma política corrompida causaria desconforto e indignação? É verdade que estamos saturados de discursos como ‘ética na política, na comunicação, nas empresas, na medicina’, pois essas instâncias se mostram sempre habitadas pelo monstro da corrupção. Chegamos ao absurdo de criar ‘comitês de ética’ como se os membros das instituições não deveriam já ser éticos por atitude própria.”

Juvenal Sanvian, Uma reflexão sobre o “jeito”. Revista Carta na Escola. p. 52, ed. nº 67.

Nas relações de poder que envolvem a construção da sociedade, o problema das instituições que a compõem está

- A) na ingenuidade da população, que acredita que a corrupção é impossível de ser combatida.
- B) nos discursos que mencionam a ética em todas as instituições representativas de poder, mas, de fato, a aplicação é inócua.
- C) na ausência de comitês de ética que verdadeiramente funcionem a serviço dos cidadãos mais humildes.
- D) na relação filosófica de compreender moral e ética, que só podem se desenvolver no campo das ideias.
- E) na ausência da moral no exercício político de parte de nossos representantes e a fiscalização da sociedade civil.

10. O ULTRACONSERVADOR CANDIDATO A VICE PELO PARTIDO REPUBLICANO



O candidato a vice de Romney, Paul Ryan, na convenção do Partido Republicano. Foto: @AFP/Getty Images/Spenceer Platt

Católico, contrário ao aborto, de boa aparência e fã de esportes, Ryan parece mais confortável do que seu companheiro de chapa, Mitt Romney. Quando o ex-governador e aspirante à presidência o escolheu em 11 de agosto, o nome de Ryan despertou o entusiasmo da base mais radical do Partido Republicano, o Tea Party. Sua popularidade tem raízes profundas. Ryan apresentou há seis anos um programa de gastos públicos que inclui a reforma do sistema de saúde público, a mudança do sistema de aposentadorias por meio de um bônus para que os aposentados contratem planos particulares e cortes profundos nos programas sociais.

Carta Capital, 30 de Agosto de 2012.

A reportagem destaca o candidato à vice-presidência dos EUA nessa corrida eleitoral de 2012, bem como mostra alguns de seus valores que orientam sua trajetória política e seus votos. Tendo como base o que está posto, é provável que essa proposta de governo consiga maior representação entre os seguintes eleitorados.

- a) Brancos, conservadores, ligados ao ideal religioso e de tendência liberal ou neoliberal.
- b) Negros, por ser o grupo mais ligado às tradições e aos valores morais que norteiam a sociedade norte-americana.
- c) Latinos, por virem de regiões profundamente católicas, como o México e Porto Rico, que apoiam esses valores tradicionais.
- d) Jovens que acreditam que esse governo vai estimular os gastos com serviços públicos aumentando os gastos do estado.
- e) Velhos, pois são mais religiosos, e tem uma tendência natural a apoiar candidatos conservadores.

11. A democracia da cultura ocidental transcende a eleição e se estende ao como é praticada: Legislativo e Judiciário atuantes e não tutelados pelo Executivo, protagonismo da lei, segurança jurídica, respeito aos direitos civis, políticos, sociais e individuais, serviço público competente e correto, liberdade de opinião, mídia responsável, embora não controlada. No entanto, a eficácia desses princípios básicos depende de requisitos concretos que, se insatisfatórios, prejudicam o funcionamento da democracia. Portanto, para que a Democracia se efetive no Brasil, é necessário que:

- a) existam dissensões inconciliáveis de religião, de cultura e de raça.
- b) haja a escassez, pois a falta de possibilidades reduz as tensões sociais e favorece a democracia e o diálogo.
- c) ocorra um processo eleitoral que ajudem a formatar o poder político com atores probos, dotados de sentido de missão cívica e de preparo intelectual adequado aos problemas nacionais e da inserção internacional do país.
- d) um universo eleitoral corporativo para votar apoiado na capacidade de perceber e de avaliar problemas, propostas e candidatos em prol de grupos e não da coletividade.
- e) uma mídia com discurso pautado na preparação do indivíduo e não da coletividade; e com discurso diferenciado para cada nível social.

12. (UEL 2010) Antes de tudo, não existem as “democracias exportadas”, é um engano. Os Estados poderosos se opõem à democracia. Em todo o mundo árabe houve uma única eleição livre: a de janeiro de 2006, na Palestina.

Todos estão de acordo que foram livres e justas. Mas, do ponto de vista americano e israelense, ganharam as pessoas erradas. Como nos Estados Unidos a classe dirigente e os intelectuais desprezam a democracia, eles reagiram junto com Israel, castigando a população. Não foi só com o Hamas na Palestina, vamos pegar o exemplo da Venezuela: podem ter a opinião que quiserem sobre Chavez, mas a questão é o que pensam os venezuelanos. E os estudos de

Latinobarometro (consultoria chilena) dos últimos anos indicam a Venezuela no primeiro ou segundo lugar em aprovação do próprio governo e da democracia. É isso que pensam as pessoas. E como reagem os Estados Unidos? Respaldam um golpe militar, sansões, demonizam o presidente... O mesmo com a Bolívia. Novamente, cada um pode opinar como quiser, mas houve eleições notavelmente democráticas em dezembro de 2005, quando a maioria indígena pôde, pela primeira vez, eleger um de seus pares, Evo Morales. Isso é democracia. Quando os Estados Unidos tentam solapá-la refletem sua visão: está tudo bem, desde que seja da nossa maneira.

(Entrevista exclusiva de Noam Chomsky. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 2, n. 15, out. 2008, p. 11.)

Com base no texto, assinale a alternativa correta.

- O grande problema das “democracias exportadas” é que elas garantem, em geral, vitória de grupos contrários aos interesses das populações historicamente dominadas.
- A democracia é um valor universal, mas respeitada na prática por um leque exclusivo de países, os economicamente mais fortes.
- Os Estados Unidos têm representado um papel fundamental no sentido de evitar desvios ditatoriais na América Latina, sendo exemplos os casos da Venezuela e Bolívia.
- Os anos 2000 marcaram o declínio do espírito imperialista, inclusive aquele de caráter basicamente cultural.
- A exemplo do que aconteceu na história norte-americana, o fortalecimento da democracia na América Latina passa por um distanciamento das questões étnicas, como a questão dos indígenas.

13. Viviane Forrester é simplista no desabafo que é seu livro *O horror econômico*, mas uma nota sua merece ser lembrada: que certa vez, ao cair o emprego, a Bolsa francesa festejou. Isso cria — numa sociedade que cada vez mais apela publicamente para a moral, convencendo-se de que não pode haver uma democracia de massas sem transparência e sem combate à corrupção — um cerne imoral, um núcleo duro que é contrário a bons propósitos, como o fim do desemprego. O discurso político proporá a inclusão social, mas a prática econômica aumentará a exclusão. Daí, uma esquizofrenia entre a política, que tenta ser democrática à medida que aumentam as liberdades, e a economia, que gera desigualdades e exclusões. Pois como atender a uma agenda política, que é basicamente social, sem uma economia pujante? E essa economia pujante, no mundo capitalista, apela a sentimentos — em especial dos investidores — que nada têm em comum com os ideais democráticos.

RIBEIRO, Renato Janine. A economia como mistério. In: www.renatojaninepro.br (acesso em 26 jan. 2013)

Nesse artigo, o filósofo Renato Janine Ribeiro afirma que, nas sociedades contemporâneas, economia e política não caminham na mesma direção, pois:

- enquanto a noção de liberdade se expande em suas reivindicações éticas e por inclusão social, a economia capitalista é um obstáculo à vigência da cidadania, pois promove desigualdades e exclusões sociais.
- enquanto a economia contemporânea incorpora sólidos princípios éticos, o que aumenta a desigualdade, a democracia política ainda carece de valores morais e de condutas éticas.
- enquanto a política é crescentemente absorvida pelas regras democráticas do mercado, a economia é cada vez mais influenciada por fundamentos éticos que são estranhos à sua dinâmica própria.
- enquanto a economia passa a ser controlada rigidamente pelo Estado, a política perde seu caráter estatal, realizando-se sob mecanismo de democracia direta nas assembleias de cidadãos.
- enquanto a política permanece sendo o lugar privilegiado das competições entre os cidadãos, a economia é regida por princípios de solidariedade, com o propósito de solucionar os problemas sociais.

14. Nessa forma de organizar o Estado, o sistema habilita o governo central a representar as várias entidades territoriais que possuem interesses em comum — por exemplo, defesa, relações exteriores e comunicações — e permite que essas entidades mantenham suas próprias identidades (autonomia), suas próprias leis, planos de ação e usos em diversos campos.

Adaptado de GLASSNER, Martin I. Geografia política. Buenos Aires: Editorial Docencia, 2000

O texto acima remete a um elemento importante da organização das sociedades contemporâneas: a dimensão político-territorial. No caso, a descrição feita no texto diz respeito ao seguinte tipo de Estado Territorial

- Misto.
- Federal.
- Unitário.
- Associado.
- Confederado.

15. (UEM 2008) Sobre a formação do Estado moderno e as transformações que ele sofreu ao longo da história, assinale o que for **correto**.

- A centralização das estruturas jurídicas e da cobrança de impostos, a monopolização da legitimidade do uso da violência e a criação de uma burocracia específica para administrar os serviços públicos foram fundamentais para a constituição do Estado moderno.
- Os Estados Absolutistas europeus contribuíram para a desagregação das relações políticas feudais. Por

isso, seu advento é constitutivo do longo processo que resultou no surgimento dos Estados modernos.

04) O princípio da soberania popular foi substantivamente transformado em fins do século XIX e ao longo do século XX como resultado das lutas sociais empreendidas a favor da ampliação dos direitos políticos.

08) A construção do Estado-nação esteve intimamente associada à idéia de um poder territorializado.

16) Embora estejam associados, os conceitos de Estado e de nação não coincidem, já que existem nações sem Estado – como é o caso dos palestinos – e Estados que abrangem várias nações – como o Reino Unido.

16. (UEL) Leia a manchete a seguir.



(Folha de Londrina. Londrina. 16 jan. 2011. p.8.)

O uso do solo e do subsolo urbanos brasileiros, de acordo com o Estatuto das Cidades, é objeto de legislações municipais, o que desencadeou a revisão dos marcos regulatórios em muitas cidades nos últimos anos, ganhando destaque na agenda pública. Adotando como referência a perspectiva da teoria liberal clássica acerca dos processos políticos deliberativos, é correto afirmar:

- Decisões no espaço público envolvem intensos conflitos de interesses, entre eles, os econômicos, os quais podem resultar em consensos negociados.
- A democracia direta é um procedimento deliberativo inerente às sociedades contemporâneas para a formação de acordos e aprovação de leis.
- Os processos políticos relacionados à deliberação pública são determinados pela dominação econômica e pela ideologia dominante.
- Os conflitos de interesses entre atores políticos envolvidos em um processo de decisão inviabilizam a formação de políticas públicas.
- É fundamental a constituição de movimentos sociais de base popular em substituição à força política e econômica da esfera estatal.

17. (UEM 2008) Sobre as teorias sociológicas a respeito do Estado, assinale o que for **correto**.

01) Algumas teorias sociológicas afirmam que o Estado é necessário para garantir a unidade de uma sociedade dividida em classes sociais, favorecendo, assim, os interesses das classes dominantes.

02) Para alguns sociólogos, o que diferencia o Estado das demais instituições é o fato de ele ter o direito legítimo e exclusivo do uso da força.

04) Segundo alguns sociólogos, em sociedades complexas, o Estado é uma instituição fundamental

para garantir a coesão social, sobrepondo-se às demais instituições e regulando sua coexistência.

08) Há um consenso na sociologia de que o Estado é um fenômeno exclusivamente ocidental e próprio do modo de produção capitalista. Nas demais sociedades, não se encontram instituições que assumam funções correlatas.

16) De acordo com algumas interpretações, o Estado é fundamental para assegurar as próprias condições de funcionamento da economia de mercado, embora muitos liberais rejeitem sua intervenção.

18. A democracia, regime político nascido na cidade de Atenas, Grécia. No ano 508 a.C., foi uma conquista da cidadania que deve ser comemorada.

Há muitos séculos de hoje, os gregos só consideravam cidadãos aqueles filhos de pais atenienses do sexo masculino maiores de idade. No entanto, não havia nenhuma preocupação censitária.



Votação realizada no plenário da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional, em Brasília, um exemplo de funcionamento da democracia representativa. Foto de 2007.

O conceito de cidadania garantia plenitude aos atenienses. Pratica-se hoje, no nosso país, a democracia representativa. Acima, vemos uma votação em plenária na Câmara dos Deputados em Brasília. Inspiramo-nos na democracia ateniense, que era DIRETA, mas não é como ela que nos constituímos.

Assinale a alternativa correta sobre a democracia representativa.

- Constitui-se como elemento juridicamente legal, “caixa de campanha.” O candidato recebe contribuições de empresários para a sua publicidade, desde que a apresente a autoridade competente.
- O cidadão não delega atribuições a terceiros, pois ele próprio pode sugerir ideias que serão transformadas em leis.
- Todas as leis, depois de prontas, são apresentadas aos cidadãos para uma aprovação plebiscitária.
- Todas as constituições brasileiras, Império e República, foram promulgadas por representantes eleitos pelos cidadãos.
- A democracia representativa apresenta sociedades unas, harmoniosas e igualitárias.

19. O fragmento trata das conjunturas econômicas de tempos recentes e sua relação com a atual. Leia e analise-a:

Desde a dissolução, nos anos 80 do século passado, do assim chamado “Consenso Keynesiano”, as reformas preconizadas pela economia de Reagan e Thatcher foram executadas de modo a remover quaisquer obstáculos à expansão dos mercados, particularmente os financeiros. Liberalizados e desregulamentados, os mercados financeiros lograram capturar os controles da economia e do Estado. Mas essa façanha não é nova.

As crises financeiras do século XIX e da primeira metade do século XX já eram interpretadas como fruto da conspiração entre banqueiros gananciosos, não raro fraudulentos, e políticos corruptos. Ainda que tais personagens tenham protagonizado episódios cruciais na construção da bolha imobiliária dos anos 2000, as recentes peripécias da finança e de suas políticas respondem a razões mais profundas.

<http://interessencional.uol.com.br/>

De acordo com o texto, o setor financeiro sempre esteve nas entrelinhas da política econômica internacional. E na atual conjuntura, esse poder vem à tona com as regras políticas econômicas impostas pelo

- Marxismo.
- Socialismo.
- Neoliberalismo.
- Keynesianismo.
- Pragmatismo econômico.

20. O QUE É POLÍTICA?

A política baseia-se na pluralidade dos homens. Deus criou o homem, os homens são um produto humano mundano, e produto da natureza humana. A filosofia e a teologia sempre se ocupam do homem, e todas as suas afirmações seriam corretas mesmo se houvesse apenas um homem, ou apenas dois homens, ou apenas homens idênticos. Por isso, não encontraram nenhuma resposta filosoficamente válida para a pergunta: o que é política? Mais, ainda: para todo o pensamento científico existe apenas o homem — na biologia ou na psicologia, na filosofia e na teologia, da mesma forma como para a zoologia só existe o leão. Os leões seriam, no caso, uma questão que só interessaria aos leões.

ARENDDT, Hannah. *O que é política*.

Política é um termo, a priori, simples, porém complexo, pois se concretiza com a vida em sociedade. Com isso, depreende-se que

- os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto.
- a política emerge das homogeneidades de ideias, portanto harmonizam os diferentes e destrói as animosidades.

c) a sociedade sem política cria situações confortáveis em momentos de controvérsias já que os homens se conflitam para se harmonizar.

d) o discurso político é um fator importante às relações humanas já que desumanizam ao invés de humanizar o homem.

e) a política é a arte de manipular e de enganar, por isso é tão importante para o ofício de governar.

21. (UFU 2009) O Estado é constituído por instituições responsáveis pela formulação e execução de leis e políticas públicas de um país. De acordo com Weber, o Estado possui o monopólio da força e da violência, exercendo, assim, uma dominação legítima.

A partir da informação acima, assinale a alternativa que contém a característica do Estado segundo Weber.

- É definido pelos seus fins e não pelos seus meios, sendo sua finalidade fundamental o exercício da dominação legítima junto às pessoas daquela sociedade.
- É definido pelos seus meios e não pelos seus fins, sendo o seu meio peculiar o monopólio legítimo do uso da força física na esfera da vida social daquela sociedade.
- Constitui um instrumento de dominação de classe legítimo que não necessita de qualquer justificativa para o exercício de sua autoridade.
- Consiste em uma relação de dominação entre os homens sob a condição de que os dominados se rebelam à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores.

22. (UFU 2011) A proposição de pensar a atividade política e a organização social sem coerções — ainda que preservado um tipo particular de ordem — associada à ruptura com todas as formas políticas e religiosas, e contrária à propriedade privada e a qualquer outro mecanismo que venha a cercear a liberdade do indivíduo expressa elementos e concepções de que forma de organização política?

- Socialismo Utópico.
- Nacional Socialismo.
- Anarquismo.
- Social Democracia.

23. (UEM 2009) Considerando as relações entre Estado, Governo e Nação, assinale o que for **correto**.

01) O Estado pode ser compreendido como uma instituição social que age dentro de um determinado território e tem como algumas de suas funções garantir a ordem e estabelecer regras para as relações entre os indivíduos.

02) A África do Sul é um exemplo de Estado formado por populações de diferentes tradições e culturas que vivem sob a autoridade de um mesmo poder político.

04) Em janeiro de 2009, Barack Obama tomou posse como presidente dos Estados Unidos da América (EUA). A eleição desse advogado negro, filho de uma estadunidense com um queniano, foi um marco na história daquele país, que teve um passado escravocrata.

08) Não existem diferenças entre Estado e Governo.

Portanto não há possibilidade de a chefia do Estado ser desempenhada por um líder e a do Governo por outro.

16) A República é uma das formas de governo possíveis. Ela pode ser presidencialista, como a brasileira e a norte-americana, ou parlamentarista, como a francesa e a canadense. A monarquia é uma outra forma de governo e também pode ser parlamentarista, como acontece na Inglaterra e no Japão.

24. (UEM 2009) Leia o texto abaixo:

“Portanto, quando falamos que há corrupção num Estado, convém analisar se é no Estado como um todo, no conjunto das suas instituições e em toda a sua população, ou se essa corrupção está restrita a alguma das partes, seja da forma, seja da matéria. Como regra, a corrupção nunca atinge todo o corpo político e todas as instituições de uma vez, sempre há alguma parte que resiste e ainda não foi contaminada, pois é impossível que um Estado corrompido em todas as suas partes ainda consiga sobreviver.”

(MARTINS, José Antônio. *Corrupção*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2008, p.38.)

Considerando o texto e seus conhecimentos sobre a temática “Estado, poder e dominação”, assinale a(s) alternativa(s) **correta(s)**.

01) A existência de partidos políticos é, por si só, expressão da corrupção do Estado, pois representa a fragmentação de seu poder em partes em constante luta.

02) A principal tarefa dos membros do Poder Legislativo é elaborar leis e normas que regem a sociedade. Leis mal formuladas ou a ausência delas podem levar à corrupção, uma vez que acarretam a possibilidade de que condutas consideradas erradas fiquem impunes.

04) Práticas de favorecimento e tráfico de influência podem ser consideradas algumas das formas de corrupção na administração pública.

08) A divulgação de casos de corrupção pela imprensa pode ser vista como sinal de vitalidade política, pois é efeito de uma maior fiscalização da sociedade sobre os agentes públicos.

16) Quanto menos pessoas ficam sabendo das decisões, menores são as chances de corrupção no espaço público, pois um grupo restrito e homogêneo consegue criar formas mais eficientes de controle da coisa pública.

25. (UEM 2010) Considerando o tema poder, política e Estado, assinale o que for **correto**.

01) O Estado moderno surgiu da desintegração do mundo feudal e das relações políticas dominantes até então na Europa.

02) Ao longo dos anos, o Estado capitalista manteve a mesma forma, não sendo a sua estrutura afetada pelas mudanças sociais.

04) É com o Estado liberal que se estabelece a separação entre público e privado e a noção de que não se deve interferir nas atividades econômicas.

08) Após a Segunda Guerra Mundial, o bloco de países capitalistas propôs uma nova forma de organização estatal: o Estado de bem-estar social.

16) O Estado neoliberal é produto das mudanças socioeconômicas ocorridas nos anos 70, e seus adeptos defendem a ideia de um Estado mínimo.

26. (UEM 2010) Considerando seus conhecimentos sobre o pensamento liberal e a sua importância no processo de formação do Estado Moderno, assinale o que for **correto**.

01) Para os economistas liberais clássicos, os interesses particulares do indivíduo estão em conflito direto com os interesses gerais da sociedade.

02) Na concepção liberal, o papel do Estado deve ser o da manutenção da ordem, da preservação da paz e da proteção da propriedade privada.

04) A iniciativa privada é o principal agente da economia clássica, cabendo a ela fomentar os negócios e os empreendimentos industriais e comerciais.

08) O pensamento liberal clássico emergiu em meados do século XVI, e foi a ideologia política que sustentou o Estado Absolutista na Europa e sua expansão colonizadora nas Américas.

16) O neoliberalismo é a versão mais contemporânea do pensamento liberal, destacando-se pela defesa de uma estrutura estatal reduzida.

27. (UEM 2010) Sobre a organização dos Estados Nacionais no século XX, assinale o que for **correto**.

01) Tanto os Estados nazifascistas quanto o Estado soviético originaram-se como reação aos princípios e práticas do liberalismo político e econômico.

02) A defesa da raça ariana e de princípios políticos nacionalistas afastou o Estado nazista das práticas expansionistas que caracterizaram outros Estados nacionais europeus, na primeira metade do século XX.

04) Nos países de industrialização tardia, como foi o caso da Itália e da Alemanha, a organização de Estados totalitários serviu para acelerar a monopolização interna de capital e combater as crises econômicas internas.

08) No Brasil, a ditadura do Estado Novo se distinguiu dos regimes totalitários europeus, por não possuir um partido de massa e uma ideologia organizada.

16) Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o modelo estatal soviético, caracterizado pela planificação

econômica e centralização política, ampliou sua influência nos países da Europa oriental.

28. (UEM 2011) Sobre o Estado de Bem-Estar Social, que surge no contexto das graves crises do capitalismo mundial no início do século XX, assinale a(s) alternativa(s) **correta(s)**.

01) Os princípios desse tipo de Estado intervencionista foram elaborados por John Maynard Keynes, a partir da revisão da teoria econômica clássica que pregava o livre mercado.

02) As políticas de pleno emprego foram os principais mecanismos de intervenção do Estado de Bem-Estar Social para reverter a crise econômica gerada pela superprodução.

04) O estabelecimento desse tipo de Estado implicou considerável expansão da estrutura de administração pública e elevação do gasto público.

08) Estados de Bem-Estar Social plenos foram implementados principalmente em nações com baixos níveis de crescimento econômico e com altas taxas de desigualdade, visando a reverter essa situação e a promover o desenvolvimento.

16) A fixação de taxas de juros bastante reduzidas foi uma das estratégias utilizadas pelo Estado de Bem-Estar Social para incentivar a produção industrial a absorver a força de trabalho no contexto de crise.

29. (UEM 2011) Sobre o Estado de Bem-Estar Social, implementado em diferentes nações capitalistas no século XX, assinale o que for **correto**.

01) Fundamentava-se em uma doutrina econômica que pregava a livre regulação dos mercados e, conseqüentemente, a não intervenção estatal nos assuntos relacionados à produção material.

02) Surge como estratégia de reversão da crise econômica das primeiras décadas do século XX, por meio de políticas anticíclicas.

04) As políticas de pleno emprego, inspiradas no modelo econômico proposto por John Maynard Keynes, foram estratégias comuns a todos os países que implementaram versões do Estado de Bem-Estar.

08) Os altos investimentos públicos, necessários para a efetivação das políticas anticíclicas, foram obtidos por meio da criação de impostos ou elevação de alíquotas já existentes.

16) O desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social gerou, nos países de industrialização avançada, um acirramento da concentração de renda nas mãos de uma minoria privilegiada.

30. (UEM 2011) Considerando as proposições de autores representantes da teoria das elites, como Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels, assinale o que for **correto**, no que diz respeito às potencialidades e limites da democracia.

01) Devem ser consideradas elites apenas os indivíduos que ocupam postos de comando ou direção no governo executivo, não entrando nessa categoria comandantes militares ou dirigentes de corporações privadas.

02) A democracia é uma forma de governo em que as elites são recrutadas entre os diferentes estratos sociais, com base no mérito individual.

04) Instituições políticas da democracia moderna, como os partidos políticos, exigem dos seus membros habilidades e conhecimentos técnicos específicos que impossibilitam seu controle pelas massas. Esse domínio e essa direção por técnicos especializados transformam, gradualmente, tais instituições em oligarquias.

08) O fator determinante para o predomínio da minoria sobre a maioria nas democracias modernas é organizativo, ou seja, é mais fácil para o pequeno número de pessoas se organizar e agir em prol dos interesses da minoria.

16) Para essa corrente de pensamento, a história da humanidade é marcada pela sucessão de elites no poder, uma substituindo a outra, tornando impossível um governo efetivamente de massas.

31. (UEM 2011) Sobre as relações entre política e sociedade no capitalismo, assinale o que for **correto**.

01) Há um processo de dominação ideológica que atinge os indivíduos e, ao mesmo tempo, estimula a mobilização de grupos sociais que buscam com ele romper.

02) Sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais possuem importância secundária, quando os diferentes grupos sociais tentam afirmar suas demandas políticas junto ao Estado.

04) Diante de um confronto entre a ideologia dominante e os interesses dos dominados, o poder público opta, preferencialmente, pela primeira.

08) A greve e outras formas de contestação colaboram para manutenção da ideologia dominante, pois promovem um desgaste da imagem dos coletivos operários.

16) As manifestações promovidas por *hippies* e feministas são exemplos de lutas sociais contra a dominação ideológica que ultrapassam os limites tradicionais dos movimentos de contestação política.

32. (UEM 2012) Segundo interpretação corrente na Sociologia política, a generalização da democracia como forma de governo no mundo moderno ocorreu em “ondas” sucessivas e com distintas características. Sobre esse tema, assinale o que for **correto**.

01) A primeira onda de democratização foi até a década de 1920, quando se iniciou um período de refluxo no contexto da Primeira Guerra Mundial.

02) Argentina, Colômbia, Chile e Uruguai foram os quatro únicos países da América Latina a participarem da primeira onda de democratização.

04) A extensão do direito ao voto à maioria dos homens brancos adultos nos Estados Unidos da América, em 1828, é apontada como o marco inicial da primeira onda de democratização mundial.

08) A terceira onda de democratização teve início na década de 1970 e se estendeu até a década de 1990, sendo marcada principalmente pela queda de vários regimes autoritários em diferentes continentes.

16) A segunda onda de democratização, iniciada na década de 1940, se limitou ao hemisfério norte, não atingindo as nações latino-americanas ou africanas.

33. (UEM 2012) “A polícia da república, como toda a gente sabe, é paternal e compassiva no tratamento das pessoas humildes que dela necessitam; e, sempre, quer trate de humilde, quer de poderosos, a velha instituição cumpre religiosamente a lei. Vem-lhe daí o respeito que aos políticos os seus empregados tributam e a procura que ela merece desses homens, quase sempre interessados no cumprimento das leis que discutem e votam.”

BARRETO, L. Como o “homem” chegou. In: *Contos Reunidos*. Belo Horizonte: Crisálida, 2005, p. 72

Considerando o tom irônico da citação, assinale o que for **correto**.

01) Do ponto de vista sociológico, há uma relação direta entre criminalidade e pobreza, pois as pessoas de baixa renda são mais propensas à violência.

02) Para a perspectiva marxista, o Estado moderno pode ser compreendido como uma organização política que representa os interesses das classes dominantes.

04) O problema da criminalidade, de acordo com as teorias sociais, advém de distúrbios mentais que motivam condutas impróprias a qualquer sociedade.

08) Do ponto de vista sociológico, o Estado moderno pode ser analisado como um modo de dominação que é considerado legítimo pela sociedade.

16) Para a sociologia brasileira, os recentes programas de assistência social permitiram ao Estado superar as desigualdades e injustiças sociais.

34. (UEM 2012) “Passava da meia noite quando o escrutínio terminou. Os votos válidos não chegavam a vinte e cinco por cento, distribuídos pelo partido da direita, treze por cento, pelo partido do meio, nove por cento e pelo partido da esquerda, dois e meio por cento. Pouquíssimos os votos nulos, pouquíssimas as abstenções. Todos os outros, mais de setenta por cento, estavam em branco.”

SARAMAGO, J. *Ensaio sobre a lucidez*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004, p. 24

Considerando a citação e as análises sociológicas sobre as democracias modernas, assinale o que for **correto**.

01) O funcionamento das democracias atuais também está relacionado à livre eleição de representantes políticos que possam competir pelos votos da população.

02) Os governos democráticos não permitem espaços de contestação política por parte da população porque representam a vontade da maioria.

04) O texto de Saramago apresenta um contexto apolítico, em que as pessoas despolitizam o processo eleitoral por considerá-lo irrelevante.

08) O exercício da cidadania nos governos democráticos pressupõe a existência de condições políticas e sociais que possibilitem formas de participação civil.

16) O conceito de “cultura política” refere-se ao conjunto de valores e perspectivas que conferem sentido ao processo político e orientam o comportamento de seus atores.

35. (UEM 2013) Considerando a temática dos governos, das instituições e dos partidos políticos, assinale o que for **correto**.

01) Os direitos políticos estão relacionados à formação do Estado Democrático representativo e envolvem os direitos eleitorais.

02) Em um Estado Democrático, a participação política plena e legítima ocorre quando os cidadãos se filiam aos partidos políticos.

04) Os direitos políticos só se efetivaram quando movimentos populares, como o das mulheres, conquistaram o direito ao voto.

08) Práticas de compra, de venda e de troca de votos são, ainda hoje, toleradas pela legislação eleitoral no Brasil.

16) O direito de protestar e de participar de associações políticas, como partidos e sindicatos, é uma construção cidadã.

36. (UEM 2013) Considerando as diferentes concepções sociológicas do que é o Estado moderno, assinale o que for **correto**.

01) Para Karl Marx, o Estado moderno funciona como representante dos interesses das classes subalternas.

02) Para Émile Durkheim, o Estado exerce o papel de representante dos interesses da classe dominante.

04) Segundo Max Weber, o Estado moderno não consegue manter o monopólio do uso da força física.

08) O Estado moderno divide as ações de disciplina e de controle social dos indivíduos com instituições como a escola.

16) O Estado moderno surgiu da desintegração do mundo feudal e das relações políticas até então dominantes na Europa.

37. (UEM 2013) Considerando as perspectivas sociológicas sobre as modernas relações políticas, assinale o que for **correto**.

01) Do ponto de vista sociológico, o termo “política” refere-se ao exercício de alguma forma de poder que produz consequências sobre as relações sociais.

02) A política é uma atividade exclusiva das pessoas que governam um país, porque a atividade política pressupõe o seu exercício profissional no governo.

04) Segundo Weber, a prática política pode ser entendida como uma “vocação”, pois requer um conjunto de atributos particulares de quem a pratica.

08) A definição moderna do conceito de “política” envolve interesses e tomadas de decisão que influenciam o comportamento das pessoas.

16) Conforme Marx, o surgimento do capitalismo permitiu que as classes sociais resolvessem pacificamente os seus conflitos por meio da política.

38. (UEL 2011) O empresário Ruppert Murdoch, dono do império de mídia News Corporation e conhecido pelas ideias conservadoras, disse ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva é discípulo de Margareth Thatcher, premiê britânica do fim dos anos 70 até o início dos 90 e conhecida como “a dama de ferro.”

Folha de S. Paulo, B8, Mercado, 22 out. 2010: Lula é discípulo de Thatcher, diz Murdoch.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o tatcherismo, é correto afirmar:

a) O que aproxima os governos Lula daqueles de Margareth Thatcher é a incorporação, por ambos, das políticas de Estado mínimo, incrementando, assim, as práticas de welfare-state.

b) Os governos Lula e Margareth Thatcher possuem, como pontos comuns, o maior poder atribuído aos sindicatos, razão pela qual, nestes governos, o controle da economia esteve nas mãos do que se convencionou chamar de “república sindicalista”.

c) O tatcherismo representou a implementação, em território britânico, de políticas denominadas neoliberais, assentadas nos princípios da privatização das empresas e flexibilização das leis trabalhistas.

d) A base de ambos os governos foram as limitações à liberdade de expressão, práticas adotadas nos antigos países do extinto bloco soviético, o que, no caso inglês, rendeu a Thatcher a denominação de “a dama de ferro”.

e) Assim como o tatcherismo, o lulismo incorporou o princípio neoliberal de controle dos setores populares mediante a ampliação dos programas de assistência às famílias mais carentes.

39. (UEL 2011) Observe a charge a seguir.



Folha de São Paulo, São Paulo, 15 ago. 2010, p. 2.

De acordo com a charge, é correto afirmar:

a) A resolução dos problemas na Educação passa pela adoção dos programas neoliberais de reforço dos investimentos sociais pelo Estado.

b) Benefícios sociais dirigidos à educação são desnecessários e dispendiosos já que os pobres recebem auxílios públicos demais.

c) As políticas sociais de assistencialismo elaboradas pelo Estado têm como resultado direto a eliminação dos problemas vividos pela educação.

d) Políticas de bem-estar social revelam-se ineficazes em razão do conformismo dos pobres com sua situação material de existência.

e) Iniciativas inspiradas pelas políticas de bem-estar social podem produzir a acomodação dos indivíduos às benesses instituídas pelo poder público.

40. (UNICENTRO 2010) A partir da leitura do texto abaixo, considere o conceito de poder no domínio da política, assinalando a resposta INCORRETA.

“Com a influência da nova classe burguesa no panorama político, passa-se a defender a separação entre o público e o privado. Enquanto na Idade Média o poder político pertencia ao senhor feudal, dono de terras, e era transmitido aos filhos como herança juntamente com seus bens, com as revoluções burguesas as esferas do público e do privado se dissociam e o poder não é mais herdado, mas conquistado pelo voto”.

(ARANHA, M.L./ MARTINS, M. H. P. *Filosofando – Introdução à Filosofia*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1993.)

A) Isto é possível pela *institucionalização* do poder, que se dá quando aquele que o detém não mais se acha identificado com ele, sendo apenas o depositário da soberania popular.

B) O poder se torna um poder *de direito*, e sua legitimidade repousa não no uso da violência, nem no privilégio, mas no mandato popular.

C) Não havendo privilégios, todos são iguais e têm os mesmos direitos e deveres. O súdito transforma-se em *cidadão*, já que participa ativamente da comunidade cívica.

D) Isto é possível porque o *liberalismo burguês* se mostrou eficiente na aplicação do ideal democrático, ao relacionar diretamente poder e *propriedade*. O poder torna-se legítimo quando emana do trabalho e, conseqüentemente, da propriedade adquirida.

E) Sob o impacto do século das luzes, expande-se a defesa do *constitucionalismo*, entendido como a teoria e a prática dos limites do poder exercido pelo direito e pelas leis. Em outras palavras, para que não se possa abusar do poder, é preciso que o poder freie o poder.

41. (UNICENTRO 2012) Nos estados teocráticos, o poder legítimo vem por meio da vontade

- A) do rei.
- B) de Deus.
- C) do chanceler.
- D) do presidente.
- E) da população soberana.

QUESTÕES ENEM

01. (2013) Tenho 44 anos e presenciei uma transformação impressionante na condição de homens e mulheres gays nos Estados Unidos. Quando nasci, relações homossexuais eram ilegais em todos os Estados Unidos, menos Illinois. Gays e lésbicas não podiam trabalhar no governo federal. Não havia nenhum político abertamente gay. Alguns homossexuais não assumidos ocupavam posições de poder, mas a tendência era eles tornarem as coisas ainda piores para seus semelhantes.

ROSS, A. Na máquina do tempo. Época, ed. 766, 28 jan. 2013.

A dimensão política da transformação sugerida no texto teve como condição necessária a

- a) ampliação da noção de cidadania.
- b) reformulação de concepções religiosas.
- c) manutenção de ideologias conservadoras.
- d) implantação de cotas nas listas partidárias.
- e) alteração da composição étnica da população.

02. (2009) Na democracia estadunidense, os cidadãos são incluídos na sociedade pelo exercício pleno dos direitos políticos e também pela ideia geral de direito de propriedade. Compete ao governo garantir que esse direito não seja violado. Como consequência, mesmo aqueles que possuem uma pequena propriedade sentem-se cidadãos de pleno direito.

Na tradição política dos EUA, uma forma de incluir socialmente os cidadãos é

- A) submeter o indivíduo à proteção do governo.
- B) hierarquizar os indivíduos segundo suas posses.
- C) estimular a formação de propriedades comunais.
- D) vincular democracia e possibilidades econômicas individuais.
- E) defender a obrigação de que todos os indivíduos tenham propriedades.

03. (2010)



QUINO. *Toda Mafalda*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Democracia: “regime político no qual a soberania é exercida pelo povo, pertence ao conjunto dos cidadãos.”

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

Uma suposta “vacina” contra o despotismo, em um contexto democrático, tem por objetivo

- a) impedir a contratação de familiares para o serviço público.
- b) reduzir a ação das instituições constitucionais.
- c) combater a distribuição equilibrada de poder.
- d) evitar a escolha de governantes autoritários.
- e) restringir a atuação do Parlamento.

04. (2010) A política foi, inicialmente, a arte de impedir as pessoas de se ocuparem do que lhes diz respeito. Posteriormente, passou a ser a arte de compelir as pessoas a decidirem sobre aquilo de que nada entendem.

VALÉRY, P. Cadernos. Apud BENEVIDES, M. V. M. *A cidadania ativa*. São Paulo: Ática, 1996.

Nessa definição, o autor entende que a história da política está dividida em dois momentos principais: um primeiro, marcado pelo autoritarismo excludente, e um segundo, caracterizado por uma democracia incompleta.

Considerando o texto, qual é o elemento comum a esses dois momentos da história política?

- a) A distribuição equilibrada do poder.
- b) O impedimento da participação popular.
- c) O controle das decisões por uma minoria.
- d) A valorização das opiniões mais competentes.
- e) A sistematização dos processos decisórios.

05. (2013) Tendo encarado a besta do passado olho no olho, tendo pedido e recebido perdão e tendo feito correções, viremos agora a página – não para esquecê-lo, mas para não deixá-lo aprisionar-nos para sempre. Avancemos em direção a um futuro glorioso de uma nova sociedade sul-africana, em que as pessoas valham não em razão de irrelevâncias biológicas ou de outros estranhos atributos, mas porque são pessoas de valor infinito criadas à imagem de Deus.

Desmond Tutu, no encerramento da Comissão da Verdade na África do Sul. Disponível em: <http://td.camara.leg.br>. Acesso em 17 dez. 2012 (adaptado).

No texto, relaciona-se a consolidação da democracia na África do Sul à superação de um legado

- a) populista, que favorecia a cooptação de dissidentes políticos.
- b) totalitarista, que bloqueava o diálogo com os movimentos sociais.
- c) segregacionista, que impedia a universalização da cidadania.
- d) estagnacionista, que disseminava a pauperização social.

e) fundamentalista, que engendrava conflitos religiosos.

06. (2015) O que implica o sistema da *pólis* é uma extraordinária proeminência da palavra sobre todos os outros instrumentos do poder. A palavra constitui o debate contraditório, a discussão, a argumentação e a polêmica. Torna-se a regra do jogo intelectual, assim como do jogo político.

VERNANT, J. P. **As origens do pensamento grego**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992 (adaptado)

Na configuração política da democracia grega, em especial a ateniense, a *ágora* tinha por função

- agregar os cidadãos em torno de reis que governavam em prol da cidade.
- permitir aos homens livres o acesso às decisões do Estado expostas por seus magistrados.
- constituir o lugar onde o corpo de cidadãos se reunia para deliberar sobre as questões da comunidade.
- reunir os exercícios para decidir em assembleias fechadas os rumos a serem tomados em caso de guerra.
- congregar a comunidade para eleger representantes com direito a pronunciar-se em assembleias.

07. (2015) O principal articulador do atual modelo econômico chinês argumenta que o mercado é só um instrumento econômico, que se emprega de forma indistinta tanto no capitalismo como no socialismo. Porém os próprios chineses já estão sentindo, na sua sociedade, o seu real significado: o mercado não é algo neutro, ou um instrumental técnico que possibilita à sociedade utilizá-lo para a construção e edificação do socialismo. Ele é, ao contrário do que diz o articulador, um instrumento do capitalismo e é inerente à sua estrutura como modo de produção. A sua utilização está levando a uma polarização da sociedade chinesa.

OLIVEIRA, A. A Revolução Chinesa. **Caros Amigos**, 31 jan. 2011 (adaptado)

No texto, as reformas econômicas ocorridas na China são colocadas como antagônicas à construção de um país socialista. Nesse contexto, a característica fundamental do socialismo, à qual o modelo econômico chinês atual se contrapõe é a

- desestatização da economia.
- instauração de um partido único.
- manutenção da livre concorrência.
- formação de sindicatos trabalhistas.
- extinção gradual das classes sociais.

08. (2015) A participação da África na Segunda Guerra Mundial deve ser apreciada sob a ótica da escolha entre vários demônios. O seu engajamento não foi um processo de colaboração com o imperialismo, mas uma luta contra uma forma de hegemonia ainda mais perigosa.

MAZRUI, A. “Procurai primeiramente o reino do político ...” In: MAZRUI, A., WONDJI, C. (Org.) **História geral da África: África desde 1925**. Brasília: Unesco, 2010.

Para o autor, a “forma de hegemonia” e uma de suas características que explicam o engajamento dos africanos no processo analisado foram:

- Comunismo / rejeição da democracia liberal.
- Capitalismo / devastação do ambiente natural.
- Fascismo / adoção do determinismo biológico.
- Socialismo / planificação da economia nacional.
- Colonialismo / imposição da missão civilizatória.

09. (2015) Até o fim de 2007, quase 2 milhões de pessoas perderam suas casas e outros 4 milhões corriam risco de ser despejadas. Os valores das casas despencaram em quase todos os EUA e muitas famílias acabaram devendo mais por suas casas do que o próprio valor do imóvel. Isso desencadeou uma espiral de execuções hipotecárias que diminuiu ainda mais os valores das casas. Em Cleveland, foi como se um “Katrina financeiro” atingisse a cidade. Casas abandonadas, com tábuas em janelas e portas, dominaram a paisagem nos bairros pobres, principalmente negros. Na Califórnia, também se enfileiraram casas abandonadas.

HARVEY, D. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

Inicialmente restrita, a crise descrita no texto atingiu proporções globais, devido ao(à)

- superprodução de bens de consumo.
- colapso industrial de países asiáticos.
- interdependência do sistema econômico.
- isolamento político dos países desenvolvidos.
- austeridade fiscal dos países em desenvolvimento.

10. (2016) A democracia deliberativa afirma que as partes do conflito político devem deliberar entre si e, por meio da argumentação razoável, tentar chegar a um acordo sobre as políticas que seja satisfatório para todos. A democracia ativista desconfia das exortações à deliberação por acreditar que, no mundo real da política, onde as desigualdades estruturais influenciam procedimentos e resultados, processos democráticos que parecem cumprir as normas de deliberação geralmente tendem a beneficiar os agentes mais poderosos. Ela recomenda, portanto, que aqueles que se preocupam com a promoção de mais justiça devem realizar principalmente a atividade de oposição crítica, em vez de tentar chegar a um acordo com quem sustenta estruturas de poder existentes ou dela se beneficia.

YOUNG, I.M. Desafios ativistas à democracia deliberativa. Revista brasileira de ciência política, n. 13, jan-abri. 2014.

As concepções de democracia deliberativa e de democracia ativista apresentadas no texto tratam como imprescindíveis, respectivamente,

- a) a decisão da maioria e a uniformização de direitos.
- b) a organização de eleições e o movimento anarquista.
- c) a obtenção do consenso e a mobilização das minorias.
- d) a fragmentação da participação e a desobediência civil.
- e) a imposição de resistência e o monitoramento da liberdade.

11. (2016.2) O processo de justiça é um processo ora de diversificação do diverso, ora de unificação do idêntico. A igualdade entre todos os seres humanos em relação aos direitos fundamentais é o resultado de um processo de gradual eliminação de discriminações e, portanto, de unificação daquilo que ia sendo reconhecido como idêntico: uma natureza comum do homem acima de qualquer diferença de sexo, raça, religião etc.

BOBBIO, N. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

De acordo com o texto, a construção de uma sociedade democrática fundamenta-se em:

- a) A norma estabelecida pela disciplina social.
- b) A pertença dos indivíduos à mesma categoria.
- c) A ausência de constrangimentos de ordem pública.
- d) A debilitação das esperanças na condição humana.
- e) A garantia da segurança das pessoas e valores sociais.

12. (2016.2) O mercado tende a gerir e regulamentar todas as atividades humanas. Até há pouco, certos campos — cultura, esporte, religião — ficavam fora do seu alcance. Agora, são absorvidos pela esfera do mercado. Os governos confiam cada vez mais nele (abandono dos setores de Estado, privatizações).

RAMONET, I. **Guerras do século XXI**: novos temores e novas ameaças. Petrópolis: Vozes, 2003.

No texto é apresentada uma lógica que constitui uma característica central do seguinte sistema socioeconômico:

- a) Socialismo.
- b) Feudalismo.
- c) Capitalismo.
- d) Anarquismo.
- e) Comunitarismo.

GLOBALIZAÇÃO E POLÍTICA

Já estudamos que boa parte do que entendemos por política se refere ao Estado — seja a luta pela conquista dele ou pela influência sobre ele. Vimos também que o Estado moderno não existiu desde



sempre: o monopólio da violência legítima foi conquistado aos poucos. Aliás, nem sempre existiu, em todos os territórios, algo ou alguém que tivesse exclusividade no uso legítimo da violência.

Mas será que esse monopólio é inabalável e eterno? Vamos estudar um fenômeno que, segundo alguns autores, pode tornar o Estado menos importante e transformá-lo de maneira significativa: a globalização.

1. Entendendo a globalização

O sociólogo inglês Anthony Giddens definiu a globalização como “a intensificação de relações sociais mundiais que ligam localidades distantes de modo que acontecimentos locais são influenciados por eventos ocorridos a muitas milhas de distância, e vice-versa”.

Isto é, com a globalização, cada vez mais coisas que ocorrem em um lugar do mundo influenciam de maneira importante outras partes do mundo; quanto mais intensa e abrangente for a globalização, mais integrado será o mundo, mais contato teremos com pessoas, produtos e ideias vindos de outras partes do planeta.

Formas de globalização ocorreram em diferentes momentos de nossa história. A chegada dos europeus às Américas, transformou profundamente o mundo todo. Não dá para contar a história do Brasil sem falar em globalização: a expansão comercial trouxe para o continente americano os povos europeus, que com suas doenças (e armas) mataram grande parte da população indígena. Nossa economia foi em grande parte baseada em trabalhadores trazidos à força do continente africano e estruturada para servir ao mercado internacional.

Nas últimas décadas do século XX, a globalização iniciou um processo de aceleração que

continua até hoje. O comércio mundial se desenvolveu imensamente, e regiões com grandes populações (como a China e a Índia) passaram a participar intensamente dessa atividade. Muitos países reduziram os impostos sobre produtos importados, inclusive o Brasil, o que inundou o cotidiano do país com produtos fabricados em outros países, de alimentos a computadores.

Mas a globalização vai muito além disso: alguns produtos são feitos de tal forma que fica difícil determinar sua “nacionalidade”: é perfeitamente possível que a roupa que você está usando agora tenha sido desenhada nos Estados Unidos e produzida na Ásia com matérias-primas da África.

É fácil perceber o lado positivo da globalização econômica: é bom poder comprar produtos do mundo todo, pois não faria sentido se cada país tivesse que produzir tudo o que consome. Mas a globalização econômica também tem consequências perigosas: gera desigualdade entre países que participam diferentemente do processo. Voltando ao exemplo da roupa que você veste, boa parte do dinheiro que você pagou por ela foi para a empresa dos Estados Unidos, que é quem controla o processo, encomendando a matéria-prima e contratando os trabalhadores asiáticos (que ganham, em média, muito menos do que os norte-americanos).

Assim, a globalização pode levar ao aumento das desigualdades entre países ricos e pobres. É indiscutível que nas últimas décadas a economia de alguns países que eram muito pobres (como a China ou a Coreia do Sul) cresceu a uma velocidade espantosa. Mas ainda não sabemos se os outros países pobres serão capazes de fazer o mesmo ou se ficarão cada vez mais para trás.

Além disso, como cada vez mais os países dependem uns dos outros para comprar e para vender, uma crise localizada pode se espalhar e afetar dramaticamente países muito distantes. Em 2008, por exemplo, uma crise profunda (a maior em setenta anos) começou nos Estados Unidos, o país mais rico do mundo. Como os Estados Unidos compram boa parte do que se produz pelo mundo, praticamente todos os países foram afetados, inclusive o Brasil.



Mesmo crises em países menos ricos, como o México ou a Rússia, ocorridas nos anos 1990, afetaram a economia brasileira, pois geraram incertezas sobre o

futuro da economia mundial. Por outro lado, a crise brasileira de 1998 gerou efeitos negativos na vizinha Argentina, que é um de nossos principais parceiros comerciais.

A globalização não é apenas econômica. Na esfera cultural, artistas e estilos originados em um país influenciam cada vez mais artistas e estilos de outros países. Movimentos religiosos (alguns extremistas) conquistam adeptos em diferentes países. O crime ganhou dimensões inéditas: o tráfico de drogas é uma rede com ramificações no mundo todo. O esporte tornou-se extremamente globalizado: na equipe da Internazionale de Milão, que conquistou a Liga dos Campeões 2010, nenhum dos jogadores titulares era italiano (vários, aliás, eram brasileiros). É claro que também no caso do futebol a desigualdade de riqueza entre os países produz efeitos: afinal, há muito mais jogadores brasileiros atuando na Itália do que jogadores italianos no Brasil. E boa parte dos fenômenos culturais globais é comercializada por empresas localizadas em países ricos.

Nas últimas décadas, tornou-se claro outro fato que já é verdade há muito tempo: os *problemas globais*, que não podem ser resolvidos por um só país e afetam grande parte do mundo. O caso mais óbvio são as ameaças ao meio ambiente. Se os automóveis dos Estados Unidos ou as fábricas da China emitem gases poluidores na atmosfera, essa poluição não afeta o clima apenas nos Estados Unidos e na China, mas no mundo todo. Se o Brasil ou a Indonésia destroem suas florestas, o mundo inteiro sofre o impacto dessa destruição.

Finalmente, há a presença cada vez mais ameaçadora de redes criminosas internacionais, até mesmo com a expansão das antigas máfias nacionais (como a italiana, a russa e a chinesa) para além de suas fronteiras nacionais. Com isso, tornou-se evidente a necessidade de que os países cooperem entre si em mais uma frente: o combate ao crime.

A crescente importância dos problemas globais coloca uma questão importante: quem é responsável por resolvê-los? Não há um governo do mundo, não há um Estado Global. Podemos contar que cada país vai fazer sua parte para resolver os problemas globais? E se cada país preferir deixar que os outros resolvam?

Essas questões estão entre os mais importantes desafios políticos modernos.

2. A governança global

Uma das características principais dos Estados modernos é que eles são vários: não há um Estado Global, um governo mundial. Isso significa que os diferentes Estados precisam negociar suas diferenças e se organizar para enfrentar problemas que afetem mais de um Estado. A governança global é o processo em que Estados diferentes, além de outros movimentos e

instituições internacionais, negociam e criam instituições e regras globais para regulamentar as relações entre eles.

Em certo sentido, o sistema internacional se parece com o “estado de natureza” descrito por Thomas Hobbes: embora em cada território haja uma autoridade reconhecida, não há uma autoridade reconhecida que subordine os diversos Estados. Não por acaso, Hobbes influenciou muitos autores que estudam as relações internacionais. Entretanto, ao mesmo tempo que os Estados não têm interesse em abdicar de sua soberania em favor de um governo mundial, também não têm interesse em uma “guerra de todos contra todos”. Por isso, embora não haja um governo mundial, os Estados desenvolveram algumas regras e instituições para garantir um mínimo de convivência pacífica.

A formação dos Estados Nacionais produziu um sistema internacional que se baseia na competição entre os Estados e no reconhecimento da autoridade de cada Estado dentro de seu território. O sistema de Westfália ficou assim conhecido porque se considera que seus princípios foram reconhecidos pelo Tratado de Münster (cidade na região de Westfália), assinado em 1648, que encerrou a Guerra dos Trinta Anos na Europa. Entre as características do sistema de Westfália, descrito pelo cientista político inglês David Held (1951-), destacamos as seguintes:

1. O mundo consiste de Estados soberanos que não reconhecem uma autoridade maior do que eles.
2. A cada Estado cabem as funções de fazer leis, aplicá-las e julgar disputas dentro de seu território.
3. O direito internacional tem como objetivo garantir algumas regras mínimas de coexistência entre os Estados.
4. As divergências entre os Estados serão resolvidas, na grande maioria das vezes, pela força.
5. A prioridade do sistema é colocar apenas um mínimo de restrições para a liberdade de cada Estado fazer o que quiser.

Esse sistema predominou por vários séculos e, em boa medida, ainda é vigente. Entretanto, o sofrimento e a destruição que as duas Guerras Mundiais do século XX causaram no mundo todo fizeram crescer a ideia de que alguma forma de coordenação entre os Estados precisava existir, para evitar que catástrofes como aquelas se repetissem. O advento das armas nucleares, em especial, criou uma situação inédita na História: a possibilidade real de que uma guerra entre os países mais poderosos do mundo exterminasse a espécie humana.

Diante desses desafios, desde 1945 (fim da Segunda Guerra Mundial), teve origem uma nova maneira de pensar a governança global. O símbolo máximo dessa nova concepção foi a criação da **Organização das Nações Unidas**, cujo objetivo é servir de espaço onde os diferentes Estados podem

tentar resolver suas diferenças pacificamente. As instâncias mais importantes da ONU são a **Assembleia Geral**, em que cada um dos seus mais de 190 países-membros tem direito a um voto, e o **Conselho de Segurança**, formado por um grupo de cinco membros permanentes (Estados Unidos, Inglaterra, França, Rússia e China) e um grupo de dez membros que se alternam. Nada pode ser aprovado sem a concordância dos membros permanentes: é o princípio da “unanimidade das grandes potências”.



Entre as características do sistema das Nações Unidas descritas por David Held, destacamos as seguintes:

1. O mundo consiste em Estados soberanos que, entretanto, mantêm entre si relações próximas. Em alguns casos, indivíduos ou grupos podem ser reconhecidos como atores legítimos nas relações internacionais. Isso acontece, por exemplo, quando indivíduos ou grupos étnicos perseguidos em seus países apelam a tratados internacionais para defender seus direitos.
2. Povos oprimidos por impérios coloniais têm o direito de determinarem seus próprios destinos.
3. Há alguns valores que devem limitar a ação dos Estados. O uso da força em situações em que esses valores sejam escandalosamente violados não deve ser considerado legítimo. Por exemplo, o genocídio, isto é, o assassinato em massa dos membros de algum grupo étnico (como os nazistas fizeram com os judeus) é proibido em toda e qualquer situação.
4. Há uma preocupação maior com o bem-estar dos indivíduos e um esforço para que os diferentes Estados tratem seus cidadãos de acordo com alguns padrões mínimos (por exemplo, não submetendo minorias étnicas a situações degradantes).

5. O objetivo do sistema é garantir a paz e o progresso dos valores e direitos fundamentais reconhecidos como válidos.

A ONU tem diversos organismos e fundos que atuam em áreas específicas. Dois exemplos são a Organização Mundial de Saúde (OMS), fundamental no combate às epidemias globais, e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que atua no apoio a políticas pela educação, alimentação e proteção de crianças.

Além da ONU, há outras organizações internacionais com importante atuação, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), que tenta incentivar o livre-comércio entre os países, e o Banco Mundial, que fornece empréstimos e consultoria para projetos de desenvolvimento. Há, também, diversas outras instituições que buscam regulamentar diferentes aspectos da vida internacional, dos padrões de segurança nas viagens aéreas até o funcionamento da internet.

Seria equivocado dizer que o sistema das Nações Unidas substituiu o sistema de Westfália. As Nações Unidas não têm o monopólio da violência legítima no mundo; aliás, nem sequer têm um exército. Não é raro que grandes potências declarem guerra sem autorização da ONU, como ocorreu em 2003, quando os Estados Unidos invadiram o Iraque. E, nas grandes negociações internacionais, os Estados continuam sendo reconhecidos como principais representantes da população de cada território. Dessa forma, a maior parte da política internacional ainda é feita por acordos ou guerras entre Estados. Entretanto, também seria errado dizer que nada mudou. As Nações Unidas permanecem como um fórum em que os problemas mundiais são debatidos.

Além disso, a organização desempenha funções importantes, como na formação, envio e manutenção de forças de paz para atuar em áreas onde tenham ocorrido guerras civis. Se é verdade que a política internacional ainda é feita fundamentalmente pelos Estados, também é verdade que parte importante da política internacional hoje em dia consiste em tentar influenciar as organizações internacionais, ou utilizá-las para os objetivos de cada país. Assim, parte importante da luta econômica entre os Estados (relacionada, por exemplo, ao protecionismo econômico) se dá nas negociações da Organização Mundial do Comércio. Se a globalização continuar a se desenvolver, é provável que esse tipo de negociação se torne cada vez mais importante.

Há, enfim, uma última razão pela qual as organizações internacionais são importantes: elas são um espaço para que os diferentes países legitimem seu poder no cenário internacional.

O especialista em relações internacionais norte-americano Joseph Nye Jr. (1937-) criou o conceito de *poder suave* para descrever a capacidade que os países têm

de atrair aliados por meio de seus valores e de sua legitimidade. Por exemplo, muitos adversários dos Estados Unidos não apoiam a rede terrorista Al-Qaeda (que periodicamente realiza atentados contra alvos dos Estados Unidos e de seus aliados) por rejeitar os valores religiosos fundamentalistas que ela defende. Podemos dizer, portanto, que a Al-Qaeda tem um poder suave bastante limitado: muitas pessoas que poderiam se aliar a ela não o fazem porque não concordam com seus valores.

As Organizações Internacionais, por serem espaços em que os países discutem pacificamente suas diferenças, fortalecem a legitimidade dos que nelas atuam. Voltando ao exemplo da invasão do Iraque pelos Estados Unidos: embora esse fato mostre que a ONU não teve poder para impedir os Estados Unidos de invadir o Iraque, é significativo que, antes da invasão, os norte-americanos tenham tentado convencer os demais países-membros da organização de que a invasão seria justificável.

É também importante notar que a decisão de invadir sem autorização da ONU diminuiu o poder suave norte-americano: cidadãos de diversos países aliados aos Estados Unidos não reconheceram a legitimidade da invasão e passaram a exigir que seus governos deixassem de apoiá-los.

3. A globalização e o Estado

Alguns autores, como Jessica T. Mathews (1946-) e Zygmunt Bauman (1925-), consideram que a globalização diminuiu consideravelmente o poder dos diferentes Estados. Há duas maneiras principais pelas quais a globalização pode enfraquecer o Estado moderno.



Em **primeiro lugar**, como vimos, porque os problemas globais não podem ser resolvidos por nenhum Estado sozinho. Nem mesmo os Estados Unidos podem, por exemplo, invadir a China e obrigar todos os chineses a parar de usar automóveis para resolver os problemas ambientais do mundo. Menos provável ainda é que algum outro país consiga invadir os Estados Unidos para fazer a mesma coisa.

Assim, os Estados precisam se organizar entre si para lidar com problemas globais como os que vimos até aqui. Em algum grau, a constituição das

organizações internacionais leva a uma perda de soberania dos diferentes Estados.

Como seria de esperar, os Estados preferem ceder o mínimo possível de suas soberanias às organizações internacionais, até porque não têm garantias de que os demais vão fazer o mesmo. Essa é a principal razão para a fraqueza de diversas organizações internacionais. Porém, mesmo que as organizações internacionais sejam substituídas, por exemplo, por acordos isolados entre os países, esses acordos se tornarão cada vez mais comuns, o que, novamente, levará cada Estado a ceder um pouco (ou muito, dependendo de sua força) em cada negociação.

Há, entretanto, uma segunda maneira, bem mais visível, pela qual a globalização afeta os Estados: a globalização diminui a liberdade para o Estado regular a economia de seu território. Nesse processo, as empresas multinacionais ganharam muito mais liberdade para escolher em que países querem investir. Muitas dessas empresas se fortaleceram tanto que hoje têm orçamentos maiores do que o de vários países.

Falamos anteriormente de fabricantes de roupas que produzem em países asiáticos. Eles adotaram essa estratégia porque nesses países os salários são muito baixos (inclusive se comparados aos do Brasil) e os trabalhadores têm bem menos direitos. Assim, se o governo do Brasil, por exemplo, quiser aumentar muito os salários, precisa saber que corre o risco de que algumas empresas se mudem para países onde os salários são mais baixos. Em última análise, os eleitores brasileiros ficam menos livres para eleger um governo que proponha aumentar muito os salários. Eles ainda podem fazê-lo, mas deveriam saber que sua escolha traz o risco de que o investimento estrangeiro no Brasil diminua e, portanto, de que o desemprego cresça.

O que dissemos sobre salários também se aplica a impostos. Para fornecer aos cidadãos boas escolas públicas, hospitais públicos, uma polícia eficiente, entre outros serviços, o Estado precisa de dinheiro. Esse dinheiro vem dos impostos cobrados dos cidadãos e das empresas que atuam em seu território. Mas, como você deve imaginar, as empresas preferem investir onde pagam menos impostos (isto é, onde podem ficar com uma parcela maior de seu lucro).

Se o governo da Argentina, por exemplo, quiser oferecer políticas sociais mais generosas e precisar aumentar muito os impostos, algumas empresas podem preferir investir em outro país. Em última análise, os eleitores argentinos ficam menos livres para escolher um governo que queira oferecer políticas sociais mais generosas. Ainda podem fazê-lo, mas precisam saber que sua escolha terá riscos.

Assim, surge o risco real de que, com a globalização, diminua a possibilidade de escolha democrática. Como disse o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, o Estado passa a ter dois papéis econômicos: evitar medidas que mexam demais com a economia e

ajudar as pessoas que venham a sofrer as piores consequências da globalização (como o desemprego causado pela concorrência de produtos importados).

O economista turco Dani Rodrik (1957-) criou uma fórmula para explicar o desafio da globalização que, embora simplificada, é útil para nos fazer pensar. A fórmula de Rodrik diz o seguinte:

1. Se quisermos ter perfeita globalização e perfeita democracia, precisaremos sacrificar a soberania nacional. Isto é, os Estados teriam de abdicar de seu poder em benefício de um Estado mundial democrático. Não há nenhuma possibilidade realista de que isso aconteça nos próximos anos, mas, mesmo que houvesse, muita gente ainda preferiria preservar a soberania nacional de seus países.

2. Se quisermos ter perfeita globalização e perfeita soberania nacional, teremos de sacrificar a democracia. O Estado teria de atuar principalmente para manter as empresas multinacionais satisfeitas, garantindo impostos baixos, poucos direitos trabalhistas, poucas regulamentações ambientais, etc. É extremamente improvável que os cidadãos concordem com isso, o que, cedo ou tarde, acabaria levando ao fim da democracia.

3. Por fim, se quisermos ter perfeita democracia e perfeita soberania nacional, precisaremos sacrificar a globalização. Isto é, cada país cuidaria de sua economia, e os eleitores escolheriam o governo que bem entendessem, mas estaríamos dispensando o grande potencial da globalização para promover crescimento econômico, maior intercâmbio entre os povos, entre outros benefícios.

Rodrik chamou esse problema de “trilema”, isto é, uma escolha de no máximo duas entre três coisas. Em outras palavras, para Rodrik, nunca vai ser possível obter o máximo dos três elementos: sempre precisaremos sacrificar um pouco de um deles se quisermos ter um pouco mais dos outros dois.

5. O fim do socialismo real e a globalização

Um dos acontecimentos que marcaram a aceleração da globalização econômica desde os anos oitenta foi o conjunto de transformações que afetaram os países até então socialistas, como a União Soviética, a China e os países da Europa Oriental. Durante boa parte do século XX, a existência desses países, em grande parte fechados para a economia mundial e sem espaço para a atuação das grandes empresas multinacionais, constituiu um limite para a globalização.

Além disso, os regimes ditatoriais que caracterizaram o socialismo do século XX colocavam sérios limites à circulação de ideias e produtos culturais do mundo capitalista.

A partir da década de 1970, o modelo de desenvolvimento econômico soviético começou a dar

mostras de desgaste, e na década de 1980 uma grande tentativa de reformá-lo (a Perestroika, iniciada pelo líder soviético Mikhail Gorbachev) fracassou, dando início a uma gravíssima crise econômica e política que acabou por levar ao fim da União Soviética em 1991.

Antes disso, em 1989, governos socialistas apoiados pela União Soviética foram depostos em países como Hungria, Polônia e Tchecoslováquia (que em 1993 se dividiu em República Tcheca e Eslováquia). O símbolo do fim do socialismo real foi a queda do Muro de Berlim, que simbolizava a divisão da Alemanha em dois países: a Alemanha Ocidental, capitalista, e a Alemanha Oriental, socialista.



A Alemanha se reunificou em 1990. Ao mesmo tempo, o governo socialista da China (a outra grande potência socialista, rival da União Soviética) iniciou um processo de reformas que, preservando a ditadura do partido comunista, incentivou a entrada de empresas multinacionais no país e o desenvolvimento do setor privado (praticamente inexistente na maioria dos países socialistas, onde a economia era controlada pelo Estado). Como resultado, a China passou a crescer em um ritmo muito acelerado, tornando-se responsável por grande parte da produção industrial do mundo.

Assim, o fim do socialismo real contribuiu para a globalização de diversas formas: abrindo os antigos países socialistas, como China e Rússia (que fazia parte da União Soviética), para investimentos e produtos estrangeiros; permitindo a unificação da Alemanha, outro grande centro econômico global; e, finalmente, fortalecendo, ao redor do mundo, os defensores do livre mercado, que agora podiam usar como argumento em defesa de suas propostas a crise do socialismo, em que a atividade econômica era rigidamente controlada pelo Estado.

QUESTÕES

01. A Globalização representa a interdependência socioeconômica, política, cultural, informacional e tecnológica entre as sociedades. De um lado observamos as vantagens no crescimento econômico

das nações; por outro as diversas formas de exclusão criadas pela mesma. Sobre o processo de globalização, podemos inferir que

- a) a maioria das instituições financeiras globais tem sua sede localizada nos países subdesenvolvidos, representando a força econômica dos emergentes.
- b) o avanço das telecomunicações, da informática e o uso da Internet são fundamentais para os fluxos financeiros mundiais no atual processo de globalização.
- c) o crescimento econômico dos países em desenvolvimento não se compara com o processo utilizado pelos países desenvolvidos, pois são estruturas econômicas diferentes.
- d) os índices de robotização na economia globalizada são elevadíssimos, pois intensificam a produção e são mais viáveis economicamente nos países da periferia mundial.
- e) as formações de blocos econômicos impedem a circulação de mercadorias, proporcionando menores mercados consumidores e investimentos de capital financeiro numa escala global.

02. (UEL 2008) Como argumentaram com muita propriedade diversos críticos da tradição sociológica [...] As nações e os estados nacionais não interagem simplesmente entre si; sob as condições modernas, eles formam – ou tendem a formar – um mundo, isto é, um contexto global com os seus próprios processos e mecanismos de integração. A forma nacional de integração, dessa forma, desenvolve-se e funciona em conexão íntima e num conflito mais ou menos acentuado com a forma global. [...] Para apreender a sua relevância em relação à análise do nacionalismo, é necessário ter em mente que a globalização de modo algum é sinônimo de homogeneização [...]. Pelo contrário, ela deve ser entendida como uma nova estrutura de diferenciação.

ARNASON, J. P. Nacionalismo, globalização e modernidade, In: FEATHERSTONE, M. (Org.) Cultura global: nacionalização, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 238.

De acordo com o texto, é correto afirmar:

- a) Os Estados Nacionais possuem total autonomia quanto à globalização, por isso não sofrem reflexos deste processo, garantindo a homogeneidade, a simetria e unidade contra as distinções.
- b) A globalização é um processo que atinge e subverte todos os Estados Nacionais, que tendem ao desaparecimento com construção política moderna de regulação das relações sociais locais.
- c) Apesar da resistência dos Estados Nacionais, a globalização resulta em homogeneização severa em todos os países que atinge.
- d) Em virtude da presença dos Estados Nacionais, a tendência de homogeneização própria à globalização deve ser relativizada, pois muitas vezes, ao invés de uma homogeneização, ela acaba por promover novas formas de diferenciação.

e) Inexiste relação direta entre globalização e Estados Nacionais, pois, estes últimos se preservam por meio de mecanismos de defesa autóctones e totalitários.

03. (UEM 2013) Assinale o que for **correto** sobre o fenômeno da globalização.

01) Com a globalização, há uma diminuição do poder do Estado e uma intensificação das ações de blocos econômicos como o Mercosul, o Nafta e a Alca.

02) A abertura dos mercados, a reestruturação produtiva e a instalação dos governos neoliberais são acontecimentos que diminuíram a força do fenômeno da globalização.

04) Há movimentos antiglobalização que lutam pelo fim do trabalho e da prostituição infantil e pelo fim do tráfico de crianças e de mulheres.

08) O Fórum Social Mundial é um espaço organizado de discussões dos setores populares apoiados, dentre outros, por sindicatos, por organizações não governamentais, por governos populares e por associações profissionais.

16) A globalização, ao gerar um aumento das contradições no capitalismo, possibilitou também um crescimento da solidariedade mundial.

04. (UEM 2014) “Os tempos mudaram, porque a informação pode agora mover-se independentemente dos corpos físicos. Com isso, a velocidade das comunicações já não é mantida pelos limites a ela impostos por pessoas e objetos materiais. Para todos os fins práticos, a comunicação é agora instantânea, e, assim, as distâncias não importam, pois qualquer canto do globo pode ser alcançado ao mesmo tempo. No que diz respeito ao acesso e à propagação da informação, ‘estar perto’ e ‘estar longe’ já não tem a importância de outrora.”

(BAUMAN, Z. e MAY, T. Aprendendo a pensar com a sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, p. 178-179).

Considerando a citação e os estudos sociológicos sobre a globalização, assinale o que for correto.

01) Os processos de globalização não modificam radicalmente as relações de poder, pois se estabelecem a partir dos desequilíbrios socioeconômicos e das desigualdades existentes.

02) A integração social e cultural promovida pela globalização levará ao desaparecimento das sociedades tradicionais, pois emergirá um tipo de cultura universal e homogênea.

04) Todas as economias nacionais participam igualmente, em termos de compromisso e de vantagens, do processo de globalização.

08) As sociedades globalizadas alcançaram um padrão de bem-estar e de desenvolvimento social nunca antes visto na história, pois conseguiram emancipar as pessoas.

16) A atual velocidade das comunicações, o acesso e a propagação de informação não acarretam processos de homogeneização cultural.

05. “Em seu livro Jihad vs. McWorld, Benjamin Barber foi incrivelmente profético ao descrever nosso mundo complicado, em que dois cenários aparentemente contraditórios desenrolam-se simultaneamente: um, onde ‘cultura é lançada contra cultura, pessoas contra pessoas, tribos contra tribos’ e outro, onde ‘ímpeto de forças econômicas, tecnológicas e ecológicas (...) exigem integração e uniformidade e (...) hipnotizam as pessoas em todo o planeta com o universo fast de música, computador, comida (...), um McMundo unido pela comunicação, informação, entretenimento, comércio’.”

WORLDWATCH INSTITUTE. Estado do mundo. 2004. Salvador: Uma, 2004. p. 179.



Fonte: <http://images.google.com.br>

O texto e a figura compõem um quadro que aponta para uma das contradições socioeconômicas mais marcantes da globalização. São elementos constituintes dessa contradição:

A) intensa homogeneização do espaço – eliminação de culturas tradicionais.

B) democracia nos países ricos – autoritarismo e desorganização da sociedade civil nas nações subdesenvolvidas.

C) incentivo à integração econômica – fragmentação política pelo nacionalismo.

D) poder das empresas globais – popularização dos sistemas de transportes em massa.

E) universalização de produtos e facilidade de circulação de riqueza – diferenciação de ritmo e intensidade dos países e das populações na globalização.

06. (UEL) [...] Em toda parte renasce e se revigora o mau-olhado, a política do julgamento adverso à primeira vista, por meio da qual os países ricos se defendem contra aqueles que procedem de países que

entraram no índice político da seleção natural: virtude humana é o dinheiro, uma virtude detergente que branqueia quem vem do mundo subdesenvolvido. Na verdade, o migrante entra no país de destino pela porta de saída, modo de permitir-lhe permanecer como se estivesse todo o tempo da permanência a caminho da saída, algo que concretamente ocorre com os muitos que na Alemanha ou nos Estados Unidos aguardam na prisão a deportação.

[...] Estamos em face de uma multiplicação de recursos ideológicos para barrar a entrada de migrantes nos países de destino. Até 11 de setembro [de 2001] funcionava o estereótipo de traficante (uma cara de índio latino-americano era perfeita para barrar passageiros no desembarque) e o estereótipo de desempregado (a condição de jovem tem sido perfeita para discriminar) ou o estereótipo de prostituta (jovem e mulher vinda do Terceiro Mundo), e terrorista (cara de árabe ou barbudo ou mesmo bigode à moda do Oriente-médio). Agora, estamos vivendo o momento mais interessante de reelaboração dos estereótipos, com o predomínio do temor ao terrorista sobre os estereótipos usados até aqui. Registros e denúncias dos últimos meses indicam que o novo estereótipo abrange também pessoas com aparência de ricas [...].

[...] De fato, os aeroportos internacionais dos países ricos tornaram-se o teatro do medo e da intimidação. [...] O critério da discriminação visual do migrante nem mesmo pode detectar sua principal motivação para migrar que é hoje o trabalho.

[...] Os agentes do mau olhar portuário e aeroportuário não podem ver esse conteúdo substancialmente específico da migração por um motivo simples: os migrantes são pessoas que em boa parte já foram socializadas no mesmo registro sociológico daqueles que devem e esperam barrá-los. São expressões da sociedade moderna que se difundem através da globalização. As medidas de segurança nacional voltadas para a interdição do acesso de migrantes aos países ricos são o corolário da globalização em seus efeitos não só econômicos, mas também culturais e sociais.

(MARTINS, J. de S. Segurança nacional e insegurança trabalhista: os migrantes na encruzilhada. In: Caderno de Direito - FESO, Teresópolis, ano V, n. 7, 2 semestre 2004, p. 113-127.)

De acordo com o texto, é correto afirmar que depois do 11 de setembro de 2001

- a) a globalização continuou ampliando as fronteiras entre os povos ricos e pobres, diversificando os processos de migrações.
- b) os processos de migrações puderam ser harmonizados em função da desburocratização nos aeroportos dos países ricos.

c) os mecanismos de segurança, nas fronteiras dos países ricos, foram amenizados como tática para detectar os terroristas e impedir suas ações.

d) a entrada de pessoas ricas nos países ricos, oriundas dos países pobres, tem sido facilitada como estratégia de atração de divisas de capital.

e) os estereótipos e as formas de discriminação foram ampliados no processo de migração de pessoas dos países pobres para os países ricos.

07. (UEM 2010) Considerando o tema das desigualdades regionais e o processo de globalização, assinale o que for **correto**.

01) O processo de globalização contribuiu para a modernização das relações de trabalho e para a diminuição da informalidade.

02) As empresas globalizadas buscam mão de obra nos países em que ela é mais barata, mesmo que neles não tenham sede administrativa.

04) Os diferentes blocos econômicos, estruturados ao redor do mundo, compartilham igualmente dos progressos tecnológicos alcançados na modernidade.

08) Na sociedade globalizada, o poder do mercado é reduzido, tendo ele a função de complementar as políticas sociais e os serviços públicos.

16) O Mercosul é um exemplo de bloco econômico, pois reúne países que possuem relações econômicas e proximidade geográfica.

08. Como argumentaram com muita propriedade diversos críticos da tradição sociológica [...] As nações e os estados nacionais não interagem simplesmente entre si; sob as condições modernas, eles formam – ou tendem a formar – um mundo, isto é, um contexto global com os seus próprios processos e mecanismos de integração. A forma nacional de integração, dessa forma, desenvolve-se e funciona em conexão íntima e num conflito mais ou menos acentuado com a forma global. [...] Para apreender a sua relevância em relação à análise do nacionalismo, é necessário ter em mente que a globalização de modo algum é sinônimo de homogeneização [...]. Pelo contrário, ela deve ser entendida como uma nova estrutura de diferenciação.

(ARNASON, J. P. Nacionalismo, globalização e modernidade, In: FEATHERSTONE, M. (Org.) Cultura global: nacionalização, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 238.)

De acordo com o texto, é correto afirmar:

- a) Os Estados Nacionais possuem total autonomia quanto à globalização, por isso não sofrem reflexos deste processo, garantindo a homogeneidade, a simetria e unidade contra as distinções.
- b) A globalização é um processo que atinge e subverte todos os Estados Nacionais, que tendem ao

desaparecimento com construção política moderna de regulação das relações sociais locais.

c) Apesar da resistência dos Estados Nacionais, a globalização resulta em homogeneização severa em todos os países que atinge.

d) Em virtude da presença dos Estados Nacionais, a tendência de homogeneização própria à globalização deve ser relativizada, pois muitas vezes, ao invés de uma homogeneização, ela acaba por promover novas formas de diferenciação.

e) Inexiste relação direta entre globalização e Estados Nacionais, pois, estes últimos se preservam por meio de mecanismos de defesa autóctones e totalitários.

09. (UEL 2008) [...] Como observam os pesquisadores do Instituto de Estudos Avançados da Cultura da Universidade de Virgínia, os executivos globais que entrevistaram “vivem e trabalham num mundo feito de viagens entre os principais centros metropolitanos globais – Tóquio, Nova York, Londres e Los Angeles. Passam não menos do que um terço de seu tempo no exterior. Quando no exterior, a maioria dos entrevistados tende a interagir e socializar com outros globalizados... Onde quer que vão, hotéis, restaurantes, academias de ginástica, escritórios e aeroportos são virtualmente idênticos. Num certo sentido habitam uma bolha sociocultural isolada das diferenças mais ásperas entre diferentes culturas nacionais... São certamente cosmopolitas, mas de maneira limitada e isolada.” [...] A *mesmice* é a característica mais notável, e a identidade cosmopolita é feita precisamente da uniformidade mundial dos passatempos e da semelhança global dos alojamentos cosmopolitas, e isso constrói e sustenta sua secessão coletiva em relação à diversidade dos nativos. Dentro de muitas ilhas do arquipélago cosmopolita, o público é homogêneo, as regras de admissão são estrita e meticulosamente (ainda que de modo informal) impostas, os padrões de conduta precisos e exigentes, demandando conformidade incondicional. Como todas as “comunidades cercadas”, a probabilidade de encontrar um estrangeiro genuíno e de enfrentar um genuíno desafio cultural é reduzida ao mínimo inevitável; os estranhos que não podem ser fisicamente removidos por causa do teor indispensável dos serviços que prestam ao isolamento e autocontenção ilusória das ilhas cosmopolitas são culturalmente eliminados – jogados para o fundo “invisível” e “tido como certo”.

(BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 53-55.)

De acordo com o texto, é correto afirmar que a globalização estimulou

a) a disseminação do cosmopolitismo, que rompe as fronteiras étnicas, quando todos são viajantes.

b) um novo tipo de cosmopolitismo, que reforça o etnocentrismo de classe e de origem étnica.

c) a interação entre as culturas nativas, as classes e as etnias, alargando o cosmopolitismo dos viajantes de negócio.

d) o desenvolvimento da alteridade através de uma cultura cosmopolita dos viajantes de negócios.

e) a emergência de um novo tipo de viajantes de negócios, envolvidos com as comunidades e culturas nativas dos países, onde se hospedam.

10. (UEM 2011) Sobre o tema poder, política e Estado, assinale o que for **correto** sobre o processo de globalização econômica.

01) Exige a eliminação das regulações nacionais que freiam as ações das empresas e seus investimentos.

02) Privilegia a abertura do mercado nacional aos produtos estrangeiros, podendo levar as empresas nacionais à ruína ou a serem vendidas, por preços muito baixos, para multinacionais.

04) Gerou a formação de blocos econômicos que reúnem países em razão das relações econômicas e da proximidade geográfica.

08) Conduziu à redução da exploração do trabalho e ampliou a seguridade, garantindo e aperfeiçoando as leis trabalhistas.

16) Resolveu as crises de funcionamento das sociedades, na medida em que eliminou contradições, como a que associava desenvolvimento e manutenção da fome.

11. (UEM 2012) “A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo.”

QUIJANO, A. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, E. *A colonialidade do saber*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227

De acordo com a citação anterior e com as teorias sociológicas contemporâneas sobre o tema, assinale o que for **correto**.

01) As atuais relações de poder entre as regiões ou os países inseridos no capitalismo mundial se expressam comercialmente e não culturalmente.

02) O capitalismo atual refere-se ao sistema democrático e igualitário que superou os processos de colonização ocorridos entre os séculos XVI e XX.

04) O eurocentrismo pode ser pensado como uma perspectiva etnocêntrica, pois separa o mundo em pares desiguais de “europeus” e “não europeus”.

08) A história mundial tem sido apresentada, em grande medida, como a história da expansão dos povos e Estados europeus pelo mundo.

16) No período colonial, a classificação da população mundial, a partir da ideia de raça, ajudou a legitimar o projeto de dominação dos países colonizadores.

12. (UEM 2008) “Cerca de 20.000 policiais patrulhavam a cidade italiana de Gênova e seus arredores enquanto cerca de 50.000 pessoas realizavam nesta quinta-feira, às vésperas do início da cúpula do Grupo dos Oito (G-8), o primeiro de uma série de protestos contra a globalização e de maneira geral contra políticas do Primeiro Mundo em relação aos países pobres.”

(*Sociologia*. Ensino médio. Curitiba: Seed-PR, 2006, p. 186).

Sobre o tema tratado pela notícia acima, assinale o que for **correto**.

01) Os movimentos sociais contrários à globalização têm uma única reivindicação: que os governos dos países desenvolvidos impeçam a entrada e a permanência de imigrantes pobres vindos dos países periféricos em busca de emprego e de melhores condições de vida.

02) Embora a globalização tenha-se acentuado nas últimas décadas, várias análises sobre o capitalismo apontam que ele tendia àquele fenômeno desde a sua origem.

04) Organismos internacionais como o G-8, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial de Comércio (OMC) têm acumulado poder para induzir, bloquear ou reorientar políticas econômicas nacionais.

08) O processo de globalização valoriza e promove a circulação de idéias e de informações em escala mundial. Entretanto esse fato não significou o fim das culturas e dos conhecimentos locais ou liquidou as individualidades regionais ou religiosas.

16) Muitos críticos da globalização são contrários ao seu caráter “neoliberal”. Eles afirmam que, diferentemente do liberalismo clássico do século XIX, o neoliberalismo reduz os lucros das elites econômicas.

13. (UEM 2009) “Para atuar sobre as migrações internacionais no século 21, é preciso entender como a globalização afeta os deslocamentos espaciais da população. O migrante vive no mundo onde a globalização dispensa fronteiras, muda parâmetros diariamente, ostenta luxos, esbanja informações, estimula consumos, gera sonhos e, finalmente, cria

expectativas de uma vida melhor. Entretanto, a globalização é parcial e inacabada, e isso afeta as migrações de várias maneiras. O resultado é que a globalização apresenta dificuldades e morosidades no cumprimento de suas promessas. Muitos países crescem pouco ou nada e, enquanto isso, as disparidades entre ricos e pobres aumentam. Porém, enquanto o capital financeiro e o comércio fluem livremente, a mão de obra se move a conta gotas”.

MARTINE, George. A globalização inacabada: migrações e pobreza no século 21. São Paulo em Perspectiva, vol.19, no.3, p.3, jul./set. 2005.

Considerando o que se diz na citação acima, assinale o que for **correto**.

01) As melhorias sociais globais não têm acompanhado o crescimento vertiginoso do capital financeiro e do comércio mundial.

02) A globalização facilita os deslocamentos pelas cidades, estados e países, aumentando consideravelmente o fluxo migratório.

04) A globalização tem afetado todos os habitantes do planeta, de um modo ou de outro, independentemente se residem em países ricos ou pobres e se estão ou não em processo de migração.

08) As migrações permitem o crescimento dos países pobres, pois, ao se deslocarem de um país para outro, esses imigrantes, quando retornam, trazem consigo riquezas e experiências que permitirão o desenvolvimento de seus países de origem.

16) A globalização é uma força poderosa no novo sistema mundial, sendo determinante no curso da história contemporânea da humanidade, definindo novas oportunidades, bem como novos problemas sociais.

14. (UEM 2009) “Em um mundo cada vez mais globalizado, acabamos por globalizar também as doenças. Tanto é assim que uma epidemia de gripe na China merece destaque no noticiário brasileiro, assim como o descontrole da AIDS nos países africanos preocupa nações europeias, e por aí vai. Infimos no tamanho, vírus, bactérias e também fungos podem provocar impactos gigantescos nas sociedades e nas suas economias. Desse modo, a vigilância sanitária ganhou responsabilidade internacional. Não se pode mais fechar os olhos quando a doença chega na velocidade de um jato, reduzindo a expectativa de vida das populações e afastando o trabalhador de seu posto”.

ENCARNAÇÃO, Bianca. O impacto Social das Epidemias. Revista de Sociologia, ano I, número 2, p.63.

Considerando o que se diz na citação acima, assinale o que for **correto**.

01) A velocidade com que a população mundial se multiplicou, sobretudo nos países em desenvolvimento, representa hoje uma “bomba relógio” em termos de transmissão de doença.

02) A pobreza, a desnutrição, a falta de higiene, a ausência de prevenção, as dificuldades para se obter imunização e tratamentos adequados às doenças configuram-se como fatores que favorecem a disseminação das epidemias.

04) A globalização tem um papel fundamental na prevenção de epidemias, uma vez que as pessoas têm viajado menos, estabelecendo uma comunicação mais virtual e menos pessoal.

08) Tanto os países pobres quanto os ricos são afetados socialmente e economicamente pelas epidemias, pois ambos sofrem impactos em seus mercados de trabalho.

16) Ao determinar normas e regras de conduta individual e coletiva, a vigilância sanitária pode ser considerada uma forma de controle social.

15. O exemplo da moderna sociedade ocidental passou a ser o American Way of life (modo de vida norte-americano): altos edifícios, automóveis, eletrodomésticos. O crédito permitia, muito mais do que antes, comprar carro ou casa.



Cartaz de 1920 representando a ajuda estadunidense à Europa no pós-Primeira Guerra Mundial. Duas figuras femininas interagem na cena. Vestida com a bandeira norte-americana, a da esquerda representa os Estados Unidos, que oferecem seus produtos à França, representada pela outra figura feminina.

Algumas das condições para a expansão do consumo foram:

- o controle da atividade produtiva pelo Estado.
- a concessão do Federal Reserve System (o Banco Central norte-americano) de crédito para evitar a falência bancária.
- a concessão de empréstimos para acabar com hipotecas residenciais.
- o aumento real dos salários, resultante dos ganhos de produtividade e da ação de empresários como Henry Ford, com o objetivo de dinamizar o mercado.
- a criação do seguro desemprego. Os operários receberam aumento de salário, o que melhorou sua participação no mercado interno.

GABARITO**QUESTÕES**

01. e
02. d
03. d
04. d
05. b
06. e
07. c
08. d
09. e
10. a
11. c
12. a
13. a
14. b
15. 1/2/4/8/16
16. a
17. 1/2/4/16
18. a
19. c
20. a
21. b
22. c
23. 1/2/4/16
24. 2/4/8
25. 1/4/8/16
26. 2/4/16
27. 1/4/8/16
28. 1/2/4/16
29. 2/4/8
30. 2/4/8/16
31. 1/2/16
32. 1/2/4/8
33. 2/8
34. 1/8/16
35. 1/4/16
36. 8/16
37. 1/4/8
38. c

39. e
40. d
41. b

QUESTÕES ENEM

01. a
02. d
03. d
04. c
05. c
06. c
07. e
08. c
09. c
10. c
11. b
12. c

QUESTÕES GLOBALIZAÇÃO

1. b
2. d
3. 1/4/8/16
4. 1/16
5. e
6. e
7. 2/16
8. d
9. b
10. 1/2/4
11. 4/8/16
12. 2/4/8
13. 1/2/4/16
14. 1/2/8/16
15. d